

EVANILDO BECHARA

M. Said Ali

e sua contribuição

Para a filologia portuguesa

Tese de concurso uma cátedra de
Língua e Literatura do instituto de Edu-
cação do Estado da Guanabara.

RIO DE JANEIRO

1962

ÍNDICE DE ASSUNTOS

CAP.	PÁGS.
I – <i>Excurso biobibliográfico:</i>	
A – Traços biográficos	1
B – Bibliografia	14
II – <i>Sincronia e diacronia na obra de Said Ali</i>	23
III – <i>A língua e o indivíduo na obra de Said Ali</i>	27
IV – <i>A fonética na obra de Said Ali</i>	32
V – <i>A morfologia na obra de Said Ali</i>	
1 – Lexeologia x Morfologia.....	36
2 – Lexeologia semântica	38
3 – Conceito de pronome como vocábulo dêitico	38
4 – O termo <i>dêitico</i>	39
5 – <i>Quem</i> pronome relativo indefinido.....	40
6 – O aspecto verbal e os verbos auxiliares.....	42
7 – Tempos compostos e conjugações perifrástica.....	42
8 – O futuro do presente e o do pretérito.....	43
VI – <i>Sintaxe e Estilística na obra de Said Ali</i>	
1 – Investigações sintáticas	45
2 – Conceito de Estilística na obra de Said Ali	46
3 – Estudos tratados em cartas a Capistrano de Abreu.....	47
VII – <i>Gramática histórica na obra de Said Ali</i>	
1 – Gramática histórica portuguesa x Gramática do português histórico.....	53
2 – As fases históricas da língua portuguesa.....	54
3 – O purismo lingüístico	58
4 – As pesquisas etimológicas.....	62

“Tu se’lo mio maestro e’l mio autore”

(Dante, Inferno, I, 85)

CAPÍTULO I

EXCURSO BIBLIOGRÁFICO

A – Traços Bibliográficos

Nasceu o Prof. Manuel Said Ali Ida em Petrópolis, aos 21 de outubro de 1861 e faleceu no Distrito Federal¹, depois de grandes padecimentos de saúde, em 27 de maio de 1953.

Foram seus pais Said Ali Ida e Catarina Schiffler. Numa carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, datada de 9 de março de 1918, leio estas notícias que tenho por fidedignas: “Tinha (Said Ali) apenas dois anos quando morreu o pai; a mãe, colona renana, que ainda existe não se interessava pelo assunto, por isso não sabe se o velho era turco de língua ou só de nacionalidade” (*Correspondência*, II, 85).

Fez os primeiros estudos em Petrópolis e aos 14 anos, segundo consta, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde prosseguiu seus estudos e, rapaz pobre, teve de trabalhar no comércio. A benemérita livraria alemã de Laemmert & Cia. – Editores, Rio – S. Paulo cedo lhe abriu as portas e aí se apresentaram para o mestre horizontes largos do mundo das letras. Para ela colaborou, no anonimato e fora dele, não só na *Folhinha Laemmert*, mas e, traduções e colaborações de traduções de livros científicos, didáticos e de literatura infantil.

A sua atividade na Laemmert lhe permitiu travar relações de profunda com intelectuais que então a freqüentavam e para ela escreviam, entre aos quais cabe ressaltar a figura de Capistrano de Abreu que marcaria, sem dúvida, uma nova fase dos progressos científicos do Prof. Said Ali, quer nos estudos de línguas, quer no de geografia.

Foi professor de alemão, por concurso, da Escola Militar, onde conquistou a primeira colocação, e do Ginásio Nacional (Pedro II). Trabalhou ainda em vários colégios do Rio de Janeiro, regendo as cadeiras de geografia, alemão, francês e inglês. No Ginásio Nacional – Externato do Instituto Nacional de Instituição Secundária -, por exemplo, exerceu interinamente o cargo de substituto do inglês (do Internato), de 10-2-1890 a 29 de agosto do mesmo ano, examinando ainda nos concursos para professores de alemão e de inglês, na atual denominação de Colégio Pedro II.

No conflito mundial de 1914-1918, o alemão, que era facultativo, foi abolido, passando o Prof. Said Ali a exercer suas funções na Escola Preparatória e de Tática do Realengo e, posteriormente, na Escola de Estado Maior. Nos novos lugares, trabalhou na tradução de textos militares escritos em alemão.

¹ O distrito Federal, na época, era o atual Município da Cidade do Rio de Janeiro.

A par de sua atividade como pesquisador de língua portuguesa, o Prof. Said Ali foi um dos responsáveis pela introdução dos modernos métodos de ensino de línguas estrangeiras, como vemos mais adiante.

Seu *Compêndio de Geografia Elementar* (1905) procura acompanhar o progresso por que vinha processando a disciplina na Europa, mormente com o compêndio escolar de Supan. A amizade de Capistrano também deve ter sido aqui providencial. O *Compêndio* inaugura entre nós uma divisão racional das religiões brasileiras – aliás, até hoje aceita –, conciliando, tanto quanto possível, as afinidades econômicas dos estados com as condições geográficas – (cf. *Compêndio*, p. 136).

Em toda a obra Said Ali há reflexo de uma inteligência brilhante e original. Dele podemos dizer o que Gillièron aplicou a Schuchardt: “Il n’est pas de ceux qu’on lit en chemin de fer et à la vapeur” (*Brevier*, 3)

Possuidor de uma cultura polimorfa, era leitor assíduo da *Enciclopédia de Brehm*, *A vida dos Animais* (Tierleben), e, na sua casa na Estrada da Saudade, em Petrópolis, estudou a vida das formigas. Desta e doutras experiências conseguiu reunir farto material para escrever um trabalho sobre a inteligência dos animais, que, infelizmente, jamais apareceria.

Era amante da música e da pintura e para ambas, quer ao piano ou nos esboços de retratos, dava prova de real aptidão.

Portanto, mestre Said ali se agiganta aos nossos olhos como exemplo de patriota e valente batalhador intelectual, missões que sabemos tão difíceis.

Chamei-o, com razão, valente batalhador intelectual, porque, a partir de 1887, aproximadamente, até pouco antes de falecer, em 1953, sua vida foi toda trabalho e pesquisa, traduzidos nos numerosos volumes e artigos publicados. Ao contrário do que muita gente pensa e diz, o Prof. Said Ali não produziu pouco. A relação bibliográfica que adiante se verá é prova cabal do que afirmo.

*

* *

Não pude até agora assinalar a data do primeiro trabalho impresso do Prof. Said Ali, mas, sem medo de errar, posso apontar como um dos primeiros um estudo sobre “A Ortografia de Alexandre Herculano – Sons Nasais”, estampado no jornal *Novidades*, a 8 de fevereiro de 1887, isto é, há precisamente 75 anos. O início do artigo logo denuncia o arrebatamento dos escritores novéis contra os dois tipos de crítica com que os jovens bem intencionados de todos os tempos têm de lutar:

“Uma definição especial deve ter a crítica entre nós a julgar pelo uso ou antes abuso que dela aqui se faz. Duas faces nos apresenta ela. A benévola, que é comuníssima, é destinada à obra cujo autor tem por si amizade ou a simpatia do crítico, ou precisa de um anúncio barato, mas de muito efeito. Este autor, a quem chamam escritor, muitas vezes só porque escreve e encontra quem lhe imprima o que escreve, será mimoseado pelo “crítico” com os qualificativos “inteligente” “ilustrado”, “erudito”, “douto”, “provector”, “sábio”; revelará “conhecimentos profun-

dos” da matéria em que perante a sã razão acabou de mostrar-se perfeito ignorante, e que o “crítico” só conhece de nome. Diz então o vulgo que a tal obra (chama-lhe obra, o não livro) é muito importante, e que foi muito “elogiada”, etc. O segundo gênero de crítica, o mais raro, é o da descompostura. Se o pobre do autor do escrito caiu no desagrado do “crítico”, ou se entre um e outro há uma rixa antiga, eis aí a ocasião de dizer-lhe quanta coisa feia há, é chegada a ocasião de se ajustarem contas. O crítico vai demonstrar que o que o outro disse a página tantas é asneira, pura asneira, chega até a concluir que todo o livro é uma súcia de disparates; porque o sábio tal a página 220 escreveu coisa bem diferente, porque o que o “imortal” x disse na sua “monumental” obra – *De infallibilitate* – não é nada daquilo que se lê no livro que acaba de sair à luz. Em suma, fica provado, como 3 e 2 são 32, que o tal senhor escritor não é nada mais nem menos do que um perfeito ignorante. E se perguntardes a alguém que tenha notícia de tal crítica, o que pensa do livro, responder-vos-á imediatamente: - “Aquilo é uma porcaria; foi muito criticado; F. pôs aquilo raso...”

– Como assim? Então F. fez uma crítica em regra?

– Pois se chegou a citar lá umas passagens dos clássicos... (de que não tenho a menor idéia – concluirá imediatamente...).

Capistrano de Abreu um dos grandes alicerces das *Novidades*, já teria com certeza descoberto os raros dotes do jovem pesquisador Said Ali e deve ter chamado para encetar uma série de colaborações sob o título *Prosa e Verso*, com início a 4 de abril de 1887.

Tenho como de Capistrano a seguinte nota de redação:

Sob esta epígrafe (*Prosa e Verso*) o nosso ilustrado colaborador M. Said Ali inaugura hoje uma série de artigos, em que estudará diversas questões de ortografia, filologia, literatura, etc. No primeiro artigo, hoje publicado, o nosso distinto colaborador sustenta a opinião que emitiu acerca da ortografia de A. Herculano, questão suscitada entre a *A Semana, Revista Ilustrada, O Pharol e o Mineiro*. Chamamos para esta série de artigos a atenção dos leitores, certos de que nos agradecerão o serviço que lhes prestamos (*Novidades*, ano I, n.º 70, 2ª-feira, 4-4-1887, 1ª página, col. 6ª).

Não contente com esta advertência, a Redação anunciava o 2º artigo: “Inserimos hoje o segundo artigo da série que se propôs escrever o nosso bom amigo e ilustrado professor M. Said Ali” (*ibid.*, 3ª-feira, 19-4-1887).

No artigo sobre a grafia das nasais acima apontado, já se revelam grandes linhas mestras do caráter e da atividade intelectual do Prof. Said Ali:

a) A simpatia que a sua pessoa irradiava e que o fazia conquistar a amizade dos que realmente se interessavam e se interessam pelos estudos sérios;

b) O manuseio seguro e constante dos escritores modelares até o séc. XIX (e entre os modernos A. Herculano), o que lhe permitia descobrir o filão da verdade na fonte pura, e não por acaso ou mero palpite;

c) O repúdio às más lições, mormente àquelas que, por inconsciência ou má fé, se apóiam em citações falsas.

Em toda a sua longa vida, vemos a constante confirmação destas características esboçadas no artigo de suas primícias intelectuais. Nas crônicas de saudade dos que passaram pelo Colégio Pedro II e o tiveram como Professor, há sempre uma palavra de lembrança do mestre. Assim **Manuel Bandeira**: “Tivemos, a minha turma do Colégio

Pedro II, muitos mestres admiráveis: Nerval de Gouveia, Said Ali, Paula Lopes, João Ribeiro, Cabrita, tantos outros” (*Crônicas da Província do Brasil*, 1937, p. 129).

Sousa da Silveira, discípulo também do mestre do Pedro II, com estas palavras dedica ao Prof. Said Ali suas *Lições de Português*: “Ao meu sábio mestre e amigo Exm.º Sr. Said Ali, cuja perspicácia filológica, aplicada a estudos da língua portuguesa, tão prestimosa tem sido a todos os que nos interessamos pelo idioma pátrio, dedico este trabalho”.²

Antenor Nascentes, outro discípulo seu do Pedro II, homenageá-lo-ia com a *Miscelânea Said Ali*, comemorativa dos 77 anos do grande sábio patricio, a primeira, aliás, a ser feita no Brasil a um professor, com a colaboração dos mais cultos mestres do vernáculo. Serafim da Silva Neto lembrou, no *In Memoriam* do vol. I, tomo I, da *Revista Brasileira de Filologia*, esse dia:

Said Ali recebeu-nos na sua bela casa de Petrópolis, (só mais tarde veio, com a Esposa, para o apartamento da Glória). Era de ver-lhe a satisfação, que a voz grossa, o aspecto severo e grave, mal podiam dissimular; parecia verdadeiramente um sábio, dando paternal audiência aos discípulos. Recebendo embora Colegas que o iam homenagear (alguns já passavam dos cinquenta anos) Said Ali era, *par droit de sagesse*, o Mestre ao redor do qual todos se assentavam para ouvir as lições. Tinha sempre o que ensinar, dono que era de um saber que era tão variado quanto profundo, pois além de línguas (foi igualmente exímio no francês, no inglês e no alemão) e da História a que o habituara a íntima convivência com o seu fraternal amigo Capistrano de Abreu, era apaixonado cultor das ciências, que estava nos livros e na Natureza (p. 112).

E **Matoso Câmara**, que também esteve presente a essa visita em homenagem ao mestre:

Era tão avesso ao que hoje se chama “promoção” e tão delirantemente se pratica no rádio, na televisão e na imprensa, que talvez muita gente em Petrópolis ignorasse que o velho mestre aqui morou longos anos da sua velhice brilhante produtiva numa retirada chácara da Estrada da Saudade entre as hortênsias e os livros. Relembro-o com emoção nesse maravilhoso ambiente, numa encantadora tarde de junho da década de 30, quando o visitamos, um pequeno grupo de discípulos de gerações diversas, para lhe entregar a *Miscelânea de Estudos* que redigáramos associadamente em homenagem aos seus robustos e operosos setenta e cinco anos de vida (*Vozes*, 419).

Vários livros de sua biblioteca trazem significativas dedicatórias de mestres nacionais e estrangeiros, entre os quais lembrarei Heráclito Graça, João Ribeiro, José Joaquim Nunes, Meyer-Lübke, Elise Richter, Leo Spitzer, Karl Vossler, John Casper Braner, por serem os mais familiares ao erudito autor das *Dificuldades*. Mas a todos eles sobrelevava a amizade a Capistrano de Abreu, companheiro dos mais ilustres e dos mais íntimos, a quem Said Ali deveu, como veremos mais adiante, sugestões de “força catalítica” – para utilizar aqui uma expressão do mestre numa carta ao excelente historiador dos *Capítulos de História Colonial* (*Correspondência*, III, 206).

Que as colaborações foram mútuas, provam-no os testemunhos de agradecimento em prefácios e livro de ambos os sábios. Quem conhece a têmpera de Capistrano, pouco

² Por lapso, devido às circunstâncias adversas em que o livro foi impresso, narradas no fim do volume, a 5ª edição das *Lições* não traz esta dedicatória.

efeito a elogios, poderá medir a extensão do valor do amigo, quando: “Ao concluir não posso omitir o nome do meu colega M. Said Ali, lente de alemão do Colégio Pedro II, a cuja intuição luminosa e opulento cabedal recorri sempre com proveito....” (*Rã-txa hu-ni -ku- ã*, p. 3)

No prefácio à 2.^a edição das *Dificuldades* (1919), escreveu Said Ali:

Não posso terminar estas observações sem reconhecer o muito que devo ao saber e dedicação de meu amigo e colega J. Capistrano de Abreu, que me lembrou, tantas vezes, a convivência de esclarecer, ou tratar melhor, certos pontos obscuros, e me auxiliou, na correção das provas, a salvar de sérios lapsos muitas páginas deste livro (p. VII da 2.^a ed.).

E no prólogo da *Lexeologia* (1921): “O meu colega Capistrano de Abreu, não lhe bastando pôr à minha disposição os tesouros de sua biblioteca, auxiliou-me ainda na penosa tarefa de rever provas, sugerindo-me o seu saber opulento proveitosos acréscimos e modificações” (p. V da 1.^a ed.)

Porém, nada mais significativo para documentar os laços que uniam Said Ali a Capistrano de Abreu do que a anedota que o nosso filólogo contava aos amigos íntimos:

Certo amigo de Capistrano, junto ao historiador, bendizia a vida. Possuía bens que lhe garantiam tranqüilidade invejável, tinha um lar harmonioso, boa saúde, excelentes relações de amizade, enfim, era um homem que conhecia a felicidade completa. Capistrano, depois de ouvir, lhe indagou:

– Conhece o Said Ali?

E, recebendo resposta negativa, concluiu:

– Então, meu caro, você ainda não é um homem feliz!

E o homem fez questão de me conhecer: - remava, sorrindo, o Prof. Said Ali.

*

* *

A segunda característica das obras de Said Ali acima apontada é o manuseio seguro e constante dos autores modelares da língua portuguesa até o século XIX. Nunca fazia estudo que não estivesse fartamente documentado no seu riquíssimo fichário que, se publicado como ele o tinha antes da morte da esposa, seria um repositório para a língua portuguesa igual ao que Neue e Wagener levantaram para o latim com a monumental publicação intitulada *Formenlehre der Lateinischen Sprache*. Infelizmente, o tempo – porque o esmaecimento da escrita prejudicava a leitura de numerosas fichas – e a tristeza pela morte da esposa impediram-nos a possibilidade de conhecermos o fichário do mestre em toda a sua riqueza e método de trabalho. Mais de uma vez o encontrei afogando a sua dor na faina de destruir as preciosas fichas, como se o desaparecimento de suas preciosas fichas diletas abreviasse a sua própria existência.

Para os grandes problemas do idioma, a que deu solução definitiva – colocação de pronomes átonos, emprego do infinitivo flexionado e não flexionado, participios duplos, pronome *se*, para indicar sujeito indeterminado, *o que* usado interrogativamente, os verbos *haver* e *ter*, o uso de *todo* e *todo o*, as significações do futuro dos verbos, o *à* acen-

tudo, interjeições, aquisições novas de semântica, expressões de situação, estudos sobre versificação portuguesa e latina, e tantos outros capítulos – o mestre apresentava aos seus amigos centenas de fichas com milhares de exemplos donde extraía, com aquela intuição lingüística e raros dotes de interpretação sintático-estilística, as lições que o fizeram o nosso maior filólogo, “entendendo-se o termo em seu sentido mais significativo, onde o investigador erudito se emparelha com o filósofo de vistas largas, consciente da evolução dos fatos e da ação modificadora das leis glóticas” (José Oiticica, *Chronica Literária*. In *A Rua*, 8-12-1919).

A *Correspondência* de Capistrano de Abreu, quer na parte ativa, quer na passiva, dá-nos excelentes testemunhos da leitura dos autores mais representativos e da riqueza do material recolhida no precioso fichário do mestre. Em carta de 5/6-4-1919 a João Lúcio de Azevedo, escreve o nosso historiador: “Muito agradeço o exemplar da *Crônica Franciscana*. Chegou em momento oportuno. Said Ali afinal resolveu-se a redigir a gramática e terá bastante material agora. Enviei-lha imediatamente” (*Ibid.*, II, 121).

E dois meses depois, ao mesmo João Lúcio:

Recebi sua carta de 25 do passado com o *Livro de Montaria*. Vou passá-lo a Said Ali, que, como disse, anda às voltas com a gramática história (*sic*). Tem muito material, é muito metódico, conhece regularmente árabe, está a par dos trabalhos modernos. Sua documentação é interior à de Epifânio, mas este parou em Madvig (*Correspondência*, II 131. Carta de 12-6-1919).

A pesquisa metódica de Said Ali ainda merecia outro elogio na *Correspondência* de Capistrano a João Lúcio:

Causou-me sempre repugnância a idéia de reeditar artigos de jornais. Nos papéis do Paz encontrei alguns de que não tenho jeito para guardar cousa alguma. Dizia-me um amigo da Bib. Nac.: para que V. há de ser besta, gastar o tempo em tomar notas, para depois perder? Disse a pura verdade e como invejo os meus amigos Vale Cabral e Said Ali! (II, 168, Carta de 24-7-20).

Nas cartas que Said Ali escreveu a Capistrano também se vêem confirmadas as preocupações de pesquisar os fatos da língua na lição dos textos: “Exemplos colecionados tenho-os em abundância mas há deficiência para esclarecimento de pontos de suma importância, e o único remédio é entrar novamente pela mata dos escritores e procurar e catar o que preste” (*Correspondência*, III, 203. Carta de 12-7-1921).

Em carta de 9-9-1926: “Estou vendo se escrevo artigo para a *Revista do Brasil*. O mal é que é preciso, às vezes, aumentar a documentação, e o trabalho novo é, como sempre, procurar agulha em palheiro” (*ibid.*, III, 204).

E noutra incompleta e não datada, porém muito significativa:

Recebi suas cartas, uma ontem e outra há cerca de três semanas, além de outra que se cruzou com a minha. Quis responder logo à segunda, mas andei tão absorvido em passar para o meu *clearing-house* uma grande quantidade de notas, que o tempo voou. Enchi entretanto umas sessenta fichas de regência verbal, trinta de tempos e modos, vinte de semântica e muitas outras de casos especiais, conjunções, gênero, número, etc.” (*ibid.*, III, 207).

O registro inteligente e metódico dos fatos da língua por meio de fichas permitiria ao Prof. Said Ali a utilização do método estatístico em alguns estudos onde ele poderia

prestar bons serviços, utilizando-o como uma relação inexpressiva, mas dando-lhe uma interpretação científica³. Assim, nos *Estudos de Lingüística* (*Revista Brasileira*, 1 de março de 1895), no cap. II, p. 307, sobre “A Colocação dos Pronomes Pessoais”, o método estatístico lhe permitiu pôr no justo relevo o papel da eufonia na posição dos pronomes átonos.

Nas *Dificuldades* e estatísticas lhe demonstra que

Nos quinhentistas e em alguns seiscentistas só de longe em longe, pelo meio de extensíssima seara de participios construídos com *ter*, se colhem as reminiscências do tipo erudito arcaico. N’*Os Lusíadas* elas não despontam mais que duas vezes por entre as 79 passagens do gênero *tinha corrido, temos visto, tendes passado*. Duas vezes também nos surpreendem entre os 99 casos auxiliar *ter* nos livros 2, 3, 7 e 10 da *Quarta Década* de Couto. Profusão análoga de uma das normas e extrema raridade de outra nas demais páginas de Couto, como nas obras de Barros, nas de Frei Luís de Sousa e nos *Sermões* de Vieira. Só no volume 8º destes *Sermões* contam-se 272 exemplos de participio com o auxiliar *ter*, sendo auxiliado o participio pelo verbo *haver* apenas em 14 casos (p. 125 da 5ª ed.).

Na *Lexeologia*, acerca do possessivo adjunto precedido de artigo, ensina que

O seu emprego era relativamente restrito e só de Camões pra cá se torna, de século para século, cada vez mais notória a freqüência do possessivo reforçado. Fernão Lopes poucas vezes se socorria desta forma; em seus escritos ela figura, ao lado de exemplos de possessivo destituído de artigo, em proporção muito pequena: 5% aproximadamente. Já n’*Os Lusíadas* sobe a porcentagem a 30%, na linguagem de Vieira a mais de 70% e finalmente na de Herculano a mais de 90% (p. 28 da 2ª ed.).

*

* *

A terceira característica é o amor à verdade científica, à pesquisa séria, o repúdio as citações falsas, mormente as devidas à má fé.

Professor, principalmente, de línguas estrangeiras e de geografia, contava o mestre que se dedicara aos estudos de português, porque verificava que muitas regrinhas cerebrinas correntes nas gramáticas não se viam confirmadas em suas leituras de bons autores e no uso geral da época.

No cap. II dos *Estudos de Lingüística* (1895), aquele dedicado à colocação de pronomes átonos, ainda declarava: “Há alguns anos conversava eu com alguns dos nossos mais distintos professores sobre questões de ensino; tratávamos, se bem me lembro, dos métodos mais racionais para o estudo das línguas. Eis que de repente um dos colegas acode com essa conversação: - “Sabem? Descobri um erro de colocação de pronome em Antônio Vieira. Num dos seus sermões encontra-se a seguinte cincada: *nós levamos desta desgraça*.”

Não pude atinar com o erro, porque (confesso-o francamente) desconhecia naquela época a sutil regra que ainda hoje figura em alguns compêndios. Pedi explicações. O meu colega respondeu:

³ Na *Introduction* ao seu belo livro *Études sur la Langue et la Grammaire de Tive-Live*, Otto Riemann faz crítica certa ao abuso método estatístico, principalmente nos autores alemães. Cf. p. 3, sobretudo.

Pois não sabe que o pronome se coloca antes do verbo quando vier claro o sujeito pronominal? De mais a mais, li há dias que, em se tratando de verbo pronominal com o sujeito claro, a próclise *sempre* ocorre em todos os escritores célebre”. Eu, que até então julgava indiferente a colocação do pronome complemento, estando claro o pronome sujeito, agradei a lição e disse de mim para mim: sempre quero ver se também sou forte em descobrir... *cincadas*. Daquela data em diante sempre que lia um livro de bom escritor português, não me escapava um exemplo de ênclise que não marcasse. Com grande espanto meu consegui reunir até hoje uma coleção tão notável. Que o diretor da *Revista Brasileira* se recusa a publicá-la tôda, ponderando que o não permitem os escassos limites do fascículo (páginas 302-3 do fascículo 5).

No prefácio à 1ª edição das *Dificuldades* (1908) lembrava: que “nem a assinatura do autor de um trecho – ou a do gramático – é o bastante para legitimar a defesa ou a condenação de doutrinas controversas, nem as passagens que citamos podem ser encaradas sistematicamente como entidades independentes do contexto” (p. IV)⁴.

Este apego à verdade levava o Prof. Said Ali a destruir ídolos, principalmente os que, de palmatória à mão, desensinavam com as suas teorias erradas. Assumem proporções de férula contundente – raras na obra do mestre – os juízos acerca de Soares Barbosa e Cândido de Figueiredo. Do primeiro, diz: “Soares Barbosa é incongruente: não sabe o que faz, nem o que diz”. (*Dificuldades*, p. 70 da 5ª ed.). E do segundo: “o Sr. Cândido de Figueiredo não é filólogo; escreve por palpíte, e não lê autores senão por alto” (*ibid.*, 65).

Quando saiu à luz a *Lexeologia*, escrevia Capistrano a João Lúcio, notando-se que o *Catinfora* da carta se aplica a C. de Figueiredo:

A esta hora já deve ter chegado o livro de Said Ali. Li-o duas vezes antes da impressão; re-li-o agora no Machado; é um livro fonte, para falar com o Bragança; não tem que invejar aos Ruis e Catinfora, que estudam por mercantilismo ou por saírem à rua de palmatória, ameaçando a terra, o mar e o mundo (*Correspondência*, II, 211. carta de 10-5-1921).⁵

⁴ Alguns anos mais tarde, Collin insistia, apoiado em Johann Stöcklein, neste importante ponto da pesquisa lingüística de não desagarrar o trecho do contexto a que pertence, processo infelizmente tão pouco observado pela maioria dos que, entre brasileiros e portugueses, têm escrito sobre a nossa língua: “Les mots ne doivent pas être arrachés du contexte mais étudiés dans leur sphère propre, la phrase, dans leurs relations avec les autres mots, car, de même que la prononciation d’un mot peut changer d’après sa place, de même le sens en est influencé par son voisinage” (*Étude sur le Développement de Sons du Suffixe I* – *ata*, p. 72).

⁵ Para justificar o mercantilismo do trecho, remeto o leitor para a carta de 4-8-1920, onde Capistrano escreve a J. Lúcio: “O primeiro número da Revista (trata-se da *Revista da Língua Portuguesa*, patrocinada por Laudelino Freire) fez grande sucesso e já está em segunda edição; os outros, dizem-me que não. Certo é que anunciava pagaria os artigos. Sei que o de Said Ali pagou, o de Rod. Garcia não, e parece que não paga mais não. O *piloso acaturrado* escreveu uma carta a Mário Barreto, perguntando se tinha gostado do arquivo, e insinuando que aquilo não era de graça. Laudelino leu, declarou o artigo admirável e... não será com este dinheiro que o peludo comprará cabeleira nova” (*Correspondência*, II, 173). Noutra de 27-9-1917: “No livro sobre pronomes pessoais, o tal gramático de uma figa transcreve um arquivo de José Veríssimo, substituindo certo trecho por uma linha de pontos: aí dizia o nosso amigo que, anos antes, Said Ali publicara idéias semelhantes, cuja paternidade lhe era disputada com maus modos. Said escreveu um artigo no Jornal que não guardei: tratava-o com o desdém merecido. É pena que Rui, João Ribeiro e outros tenham pactuando com o quitandeiro”. (II, 73). C. de Figueiredo, a quem se deve uma salutar campanha em prol do aprendizado de nossa língua, não tinha sólidos conhecimentos lingüísticos, e sem eles tentou criticar mestres de envergadura de um Epifânio Dias. Do que foi sua ação em Portugal nos dá conta Leite de Vasconcelos em várias críticas inseridas em *Opúsculos*, IV, 927-1124.

Serão poucas, em toda a produção do Prof. Said Ali, as passagens ásperas como estas. Os seus trabalhos primam pela segurança de doutrina e elevação de linguagem. Vários de seus estudos nasceram de críticas a doutrinas correntes, mas que de cuidados tinha em esconder o nome do criticado!

O receio à propaganda pessoal privava o mestre de escrever prefácios; era um gênero que se não casava bem com os costumes do autor das *Dificuldades*. Um que muito o importunava à cata de prefácio, ouviu da empregada: - O patrão mandou dizer que não estava!

Talvez uma única exceção sejam as páginas que escreveu, a pedido da livraria Lammert, como *Juízo Crítico à Sintaxe da Língua Portuguesa* (Rio, 1898) de Leopoldo da Silva Parreira, de que adiante me ocuparei.

Desprezando numerosos trechos de seus estudos, onde a vaidade não encontra guarida, os seguintes lanços de uma carta de Capistrano ao autor da *História de Antônio Vieira* são decisivos:

Said mandou exemplos (da *Lexeologia*) para D. Carolina, Leite de Vasconcelos e Nunes. Mandará também para José M. Rodrigues. Não sei se algum jornal já escreveu algo sobre a *Lexicologia (sic)*. Se o editor não tiver feito a remessa, Said Ali não o fará com certeza, porque é indiferente a estas cousas. O livro irá devagar, mas hão de ver que não é dos que se comparam, sim dos que se separam (*Corresp.*, II, 212. Carta de 19-5-41921).

Uma citação truncada da obra do filólogo alemão Frederico Diez feita na *Réplica* de Rui Barbosa, mereceu esta condenação:

O autor da *Réplica* não admite a opinião do filólogo alemão. Discordamos também nós. Mas daí a atribuir a Diez e a Júlio Ribeiro, que lhe encampa a teoria, cousa em que nem um nem outro jamais pensou, vai uma distância enorme. Substituir um pensamento por outro, deceptar períodos de modo a viciar-lhes o sentido, não me parece recurso digno de quem deseja mostrar a superioridade da sua opinião. Para que se veja o próprio mérito será preciso que ao pé de mim, que em torno de minha pessoa, só existam nulidades? Será generoso de minha parte colocar injustamente na sombra o meu adversário para que só resplandeça a luz do meu saber? (*Dificuldades*, p. 75 da 5ª ed.).⁶

B - Bibliografia

Como disse, não me foi possível ainda localizar o primeiro trabalho impresso pelo Prof. Said Ali. Entre os primeiros, entretanto, se pode incluir o estudo sobre “A Ortografia de Alexandre Herculano – Sons Nasais”, saído nas *Novidades*, aos 8 de fevereiro de 1887.

No mesmo ano iniciaria, ainda nas *Novidades*, uma série de artigos de língua e literatura, sob a epígrafe *Prosa e Verso*, iniciada aos 4 de abril.

⁶ Já sobre o que interrogativo, comenta Said Ali: “Ao nome de Cândido de Figueiredo pode associar-se o do autor da *Réplica* pelo cuidado e solicitude com que evita o desdizer-se quando um exame ulterior lhe tenha tornado palpável o engano” (*ibid.*, 18 da 5ª ed.).

De 1890 data sua tese de concurso para preenchimento da cadeira de alemão da Escola Militar da Praia Vermelha. A tese consta de duas partes; uma sobre literatura alemã e outra sobre preposições.

Em 1891 escreveu no *Jornal do Brasil* uma série de artigos de caráter bibliográfico e crítico, também acerca da língua e literatura, entre os quais foram lembrados pela publicação do editor Simões um sobre o *Dicionário Etimológico* de A. Coelho e outro sobre Coelho Neto (In “Idéias e Livros”).

Em 1893 adapta do alemão para o português as *Primeiras Noções de Gramáticas Francesa* do Dr. Carlos Ploetz (Laemmert – Rio – S. Paulo).

Só em janeiro de 1895, no 1º fascículo da *Revista Brasileira*, editada pela Laemmert, começam seus trabalhos mais profundos sobre a nossa língua, com os *Estudos de Lingüística* (I-Os verbos sem sujeito; II – A colocação dos pronomes pessoais; III – A acentuação segundo publicações recentes), estudos que, como facilmente se pode observar, integrarão, com maior ou menor refundição, três dos seis capítulos da 1ª edição das *Dificuldades*, em 1908.

Ainda em 1895 prefaciava para a Laemmert, sem qualquer preocupação de texto crítico, a publicação de obras de poetas brasileiros com as *Obras Completas de Casimiro de Abreu* (Novíssima edição precedida de uma notícia sobre o autor por M. Said Ali), e traduziu, com adaptação ao português, as *Primeiras Noções sobre as Ciências* do Th. Huxley (Biblioteca do Ensino Intuitivo).

Neste mesmo ano foi à Europa “comissionado pelo Governo, para estudar a organização do ensino secundário e particularmente o das línguas vivas”.

Como frutos desta viagem saíram, em 1896, em *Relatório* apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores sobre a missão que lhe foi confiada, um artigo – a pedido de Medeiros e Albuquerque – intitulado “Metodologia e Ensino” (*Revista do Pedagogium*, maio de 1896), e, em 1898, a adaptação ao português da obra de Emílio Hausknecht *The English Student* (Estudo Moderno das Línguas Vivas – Laemmert), diretor da XI Escola de Berlin, onde o Prof. Said Ali ficou entusiasmado com os resultados do método empregado pelo autor em crianças alemãs de 11 a 12 anos que, escolhidas na hora, sem a menor cerimônia, discorriam, em inglês, sobre Carlyle ou a Renovação Francesa, conforme ele me declarou em conversa.

De 1896 são também as *Poetisas de Gonçalves Dias* (2 volumes, Laemmert).

De 1898, além do já citado *The English Student*, são as *Obras Completas de Castro Alves* (Laemmert).

Em 1899 sai a *Nova Seleta Francesa* do Dr. Carlos Kühn, também edição da Laemmert. Também deste ano, embora não esteja datado, é o *Curso Prático da Língua Francesa*, baseado no método intuitivo, pelos Drs. Ph. Rossman e F. Schimidt, adaptado ao português por M. Said Ali (que, com a *Nova Seleta* de Kuhn, fazia parte da série En-

sino Moderno de Línguas Vivas – Laemmert), livro que conta com a colaboração do notável foneticista francês Paul Passy, nas transcrições fonéticas dos textos do livro.

De 1905 são o *Compêndio de Geografia Elementar* e o *Vocabulário Ortográfico*, ambos da Laemmert.

Em 1908 sai a 1ª edição das *Dificuldades da Língua Portuguesa*, que inaugura uma série de obras magistrais que só se extingue, praticamente, com o falecimento do Prof. Said Ali, em 1953.

Em 1919 sai a 2ª edição das *Dificuldades*, consideravelmente refundida e aumentada com estudos publicados em jornais e revistas e uma conferência na realizada na Biblioteca Nacional em 1914. Dos seis capítulos da 1ª edição, as *Dificuldades* contavam agora doze.

Em 1930 as *Dificuldades* apareciam em 3ª edição e saíram ainda os *Meios de Expressão* e *Alterações Semânticas*, reunião de artigos antes e depois de 1927, segundo o explica o prólogo. Com este último livro ganha o 1º prêmio Francisco Alves de 1927, da Academia Brasileira de Letras.

Em 1949 publicava, depois de uma demora de quase dez anos no Instituto Nacional do Livro, a *Versificação Portuguesa*.

Em 1951 a Organização Simões nos dá 2ª ed. inalterada dos *Meios de Expressão* e, em 1957, *Acentuação e Versificação Latinas*, reunião de estudos dos mestres publicados na *Revista de Cultura*.

Não pára aqui a produção científica do mestre, pois pelos jornais e, principalmente, pela *Revista de Cultura*, há belíssimos artigos dispersos que merecem e devem ser coligidos em volumes, sem contar com alguns inéditos. Não querendo esgotar a lista, lembrarei:⁷

1 – Perspectivas etimológicas (*Revista de Cultura*, 85 – jan. 1934)

2 – Entre árabe e português (*Revista de Cultura*, 131 e 132, novembro e dezembro de 1937)

3 – Refeições (*Revista de Cultura*, 78, junho de 1933).

4 – As formas quer, perguntar e emendas (*Revista de Cultura*, 141 setembro de 1938).

5 – Curiosidades do nosso idioma (*Revista de Cultura*, 105 – setembro de 1935) (nº 107 e 108 – novembro e dezembro de 1935)

A – a) porcentagem, percentagem; b) registo, registro; c) em questão; d) impetrar; e) apontar e apontar para; f) olhar e olhar para, olhar por, olhar a.

B – a) verbos translativos; b) cumprir com.

⁷ Alguns destes estudos foram repetidos ou publicados primeiramente em outras revistas especializadas.

- 6 – O verbo assistir (*Revista de Cultura*, 74, fevereiro de 1933)
- 7 – Notas e Comentários (*Revista de Cultura*, 72 – dezembro, 1932) a) alhambra; b) A olhos vistos; c) Calão; d) Cigano; e) Alagar; f) Perguntar (*Revista de Cultura*, 72 – dezembro 1932)
- 8 – *O hendecassílabo* (inédito).
- 9 – De “eu” e “tu” a “majestade” (*Revista de Cultura*, 129 – setembro de 1937)
- 10 – Coronel (*Revista de Cultura*, 76 – abril de 1933)
- 11 – A linda Inês (*Revista de Cultura*, 215 e 216 – novembro e dezembro de 1944)
- 12 – Pessoas indeterminadas (*Jornal do Comércio*)
- 13 – Três preposições (*Revista da Cultura*, 235 – junho de 1946)
- 14 – Prosa e Verso (*Revista de Cultura*, 230 a 234 – fevereiro a junho de 1946)
- 15 – *Amo, criado, criança* (inédito)
- 16 – Três sapecas (*Revista Humanidades*, ano I, n.º 4 – fevereiro de 1947)
- 17 – Vocabulários esquecidos: *avache* e *trama*. (*Revista de Cultura* n.º 200, agosto de 1943)
- 18 – Ilhas e mares n’*Os Lusíadas* (*Revista de Cultura*, 145 – janeiro de 1939)
- 19 – Nome de cores (*Revista de Filologia e de História*, I, 1931, fasc. II)
- 20 – *Aguar* e outros verbos terminados em *uar* (*Revista dd Cultura*, 164-165-166- agosto, setembro e outubro de 1940)
- 21 – Verbos de significação e sintaxe variáveis (*Revista de Cultura*, 175, junho de 1941 e 176, agosto de 1941)
- 22 – Nomes de animais marinhos (*Revista de Cultura*, 213, setembro de 1944)
- 23 – Questões de português – O problema da colocação dos pronomes (*Revista Americana*, ano de 1911)
- 24 – Nomes de partes do corpo (“Philologia”, IV, **In** *Jornal da Brasil*, 24-1-1949)
- 25 – Histórico das formas *quer*, *vale* e *perguntar* (*Jornal do Comércio*, 27-2-49)
- 26 – Alterações fonéticas de *senhor*, *senhora* (inédito)
- 27 – Há dias que (*Studia*, ano II, n.º 2, dezembro de 1951)
- 28 – Educar, malcriado (inédito)
- 29 – Estilo (inédito)
- 30 – Notas várias (inédito)
- a) Omega; b) Omicron; c) Cada; d) Envelope; e) Mobiliário f) *Tem* impessoal

- 31 – De falir a faltar (*Revista de Cultura*, n.º 205, janeiro de 1944)
- 32 – Bicho, bicha (*Revista de Cultura*, 229 – janeiro de 1946)
- 33 – Bibliografia – Erdmann Hanisch – Geschichte Russlands (*Revista de Cultura*, 181 – janeiro de 1942)
- 34 – Emprego do gerúndio (*Revista de Língua Portuguesa*, março de 1920, n.º 4)

Desta longa lista de obras do Prof. Said Ali desgarrei, de caso pensado, a *Lexeologia do Português Histórico* e a *Formação de palavras e Sintaxe do Português Histórico*, respectivamente de 1921 a 1923, além da *Gramática Secundária* e *Gramática Elementar*, para estudá-las à sombra da *Correspondência* de Capistrano de Abreu, que acompanha passo a passo a atividade do mestre e comenta o método nelas empregado. Isso porque estas digressões vão pôr ao vivo o temperamento do mestre, o método seguido nas suas pesquisas, os cuidados científicos na elaboração de suas obras, as fontes em que alicerça suas lições e os objetivos que nortearam a sua atividade como filólogo.

Em primeiro lugar, cumpre dizer que foi o sábio historiador cearense o responsável por suas obras, pois convidou o Prof. Said Ali – por ser a única pessoa capaz – a escrever as gramáticas portuguesas de que os Srs. Weiszflog Irmãos tanto necessitavam para a sua casa editora.

Aponto o ano de 1919 para a época deste convite, baseando no texto de duas cartas de Capistrano a João Lúcio já lembradas aqui:

“Said Ali resolveu-se a redigir a gramática...” (*Correspondência*, II, 121. Carta de 5/6 de abril de 1919); “Recebi sua carta de 25 do passado como *Livro de Montaria*. Vou passá-lo a Said Ali que, como disse, anda às voltas com a gramática história” (*sic*) (*ibid.*, II, 131. Carta de 12-6-1919).

O plano primitivo era publicar a gramática história (ou a gramática do português histórico, como veremos no cap. VII) até março de 1921, uma vez que o autor desejava concorrer ao prêmio da Academia Brasileira de Letras:

Agora (Said Ali) está empenhando em dar-lhe (à gramática histórica) avanço, porque deseja concorrer a um prêmio da Academia, em março (*Corresp.*, II, 160)⁸;

Recebi e muito agradeço o livro de Marco Polo. Já remeti a Said Ali, a quem chega no melhor momento. Acabou o 2º e último volume, que está sendo datilografado: compreende a formação de palavras, que a urgência de Concurso Alves não lhe permitira concluir, e a sintaxe. Esta, creio, apatetará muita gente (*Corresp.*, II, 245).⁹

⁸ Carta de João Lúcio em 12-5-1920.

⁹ Carta de João Lúcio. A Mário de Alencar, em carta de 30-3-20, faz Capistrano alusão ao documentário do futuro livro do professor Said Ali, insistindo na tecla de que é menos rico do que o de Epifânio: “Leu no *Jornal do Brasil* o artigo de Said Ali sobre *proposita* e *propositado*? A *Gramática Histórica* vai desta vez e ele espera tê-la terminada no fim do ano. A sua documentação poderia ser mais completa, mas vamos ter cousa muito valiosa, que será para a gramática o que durante muito tempo foi o *Dic. de Moraes*” (*ibid.*, I, 253).

A greve nas docas de Santos atrasou a conclusão tipográfica da *Lexeologia*, mas lhe não roubou a oportunidade do concurso:

Já li uma prova das primeiras 60 páginas do livro do Said Ali que devolvi ao autor. Este e o editor têm o maior interesse em acabar pelo equinócio. Todos os originais foram entregues: o trabalho estaria concluído, se a greve nas docas de Santos não tivesse obstado ao despacho da linotipo aperfeiçoada com que contavam (*Corresp.*, II, 196. Carta a J. Lúcio em fevereiro de 1921).¹⁰

A *Lexeologia* foi posta a venda entre 19 e 20 de abril, de acordo com o que conluo desta passagem de Capistrano: “Anteontem, domingo, passei rapidamente por casa de Said Ali. Já está pegado na *Sintaxe*; não duvido que a termine antes do fim do ano. Só hoje ou amanhã chegarão os exemplares destinados à venda. Dizem que na Paulicéia a procura tem sido grande” (*ibidem*, II, 207. Carta a J. Lúcio em 19-4-1921).

Ainda a J. Lúcio escrevia em 19-5-1921: “A *sintaxe* está na forja. Said tomou uma secretária: disse-me que a respeito de concordância há uma porção de problemas intactos. A falta de índice (na *Lexeologia*, sem dúvida) é lastimável, mas, como no alto das páginas lê-se a indicação do assunto, em parte sana-se o inconveniente” (*ibid.*, II, 212).

Terminada *Lexeologia* e inscrita no concurso, obteve o primeiro lugar, conquistando o prêmio Alves, instituído para a melhor obra sobre língua portuguesa. A 2ª parte da gramática histórica, *Formação de Palavras e Sintaxe de Português Histórico*, viria a um e meio a dois anos depois, cumprindo a promessa do autor que, em dezembro, agradecendo o prêmio, declara: “À confiança que a ilustre Academia Brasileira de Letras depositou em minhas investigações premiando a *Lexeologia*, espero corresponder publicando dentro de pouco a parte complementar deste trabalho escrito com a mesma direção de vistas” (prólogo da *Formação*, 1923).

Na Páscoa de 1922 já tinha Said Ali concluído a parte final da gramática histórica, que, na expressão de Capistrano, “apatetaria muita gente”: “Epifânio Dias creio que não passou de Madvig. Said Ali conhece as últimas publicações, e deve contar muitas novidades e causar surpresa. Mestre Rui talvez aprenda que não basta saber *o que é correto*. Agora ele tem de pegar na *Gramática Secundária*, depois na *Gramática Elementar*. Comprometeu-se a dar tudo no

¹⁰ Escrevendo em 1-9-1920 a Afonso de Taunay comentava Capistrano: “Esta semana Said Ali deve entregar a Weiszflog a primeira parte da *Gramática Histórica*. Desejo muito que esteja impresso em março. Além da *Lexeologia* terá a *Sintaxe Histórica*. O livro de Epifânio é o que os alemães chamam *bahnbracher* (assim no texto, mas em alemão é o *bahnbrecher*, pioneiro, iniciador). Infelizmente o autor morreu apenas entregou o manuscrito ao prelo, e a *Sintaxe* veio à luz com todas as imperfeições dos livros póstumos. Conheço algumas partes da *Gramática Histórica* e tanto quanto posso julgar, une a ciência à consciência” (*ibid.*, I, 314).

A J. Lúcio em 23-12-1920: “Said Ali tem terminada a *Lexicologia (sic)*; falta ainda a derivação e, se tomar meu conselho, a Semântica; espera no fim do próximo ano pôr para fora a *Sintaxe*” (*ibid.*, II, 189). E em 28-1-1921: “Recebi os folhetos: passei logo o de Rodrigues (i.e., José M. Rodrigues) a Said Ali, que dele tirou algum proveito. Mande-i-lhe hoje *Ordenações Manuelinas, Código Filipino, Palmeirim da (sic) Inglaterra*. Podem servir-lhe para a *sintaxe*. A *lexicologia (sic)* está terminada e deve sair como equinócio: li o original datilografado; no meu sentir de diletante retardativo, o trabalho é notável, e vê-se que ele foi às fontes” (*ibid.*, II, 194). – A Taunay, em carta de 19-5-1921: “Já viu a *Lexicologia (sic)* do Said Ali? O que é uma pessoa estudar pelo mero gosto de saber e não sair à rua de palmatória! (*ibid.*, I, 325) e III, 79 quase com as mesmas palavras.

prazo de dois anos, e no de dez, o editor, que fica na plena propriedade, pagará cem contos” (*Correspondência*, II, 245).

Antes da *Gramática Histórica* do Prof. Said Ali, contava a língua portuguesa com dois compêndios importantes, devidos a mestres portugueses: a *Sintaxe História* de Epifânio Dias (1918) e a *Gramática Histórica* de José Joaquim Nunes. O aparecimento desses livros, entretanto, não demoveu o mestre brasileiro da empresa; antes o animou, uma vez que seguia traça diferente.

O livro de Epifânio, publicado postumamente, foi recebido com alvoroço, entre nós. Capistrano nos dá seu testemunho:

Li por acaso que Epifânio Dias morreu e deixou impressa a *Sintaxe História*.¹¹ Já a procurei pelas livrarias; Jacinto espera caixa do Teixeira; já pedi que me reservasse um exemplar, se visse. Said Ali estuda há anos o assunto, está bem documentado e não larga um objeto sem ter idéias bem claras. Não creio, porém, que apareça antes de dois ou três anos (*Corresp.*, II, 85. Carta a João Lúcio em 9/3/1918).

Do livro de Nunes diz Capistrano:

Chegou outro dia a *Gramática História* de Nunes e avisei a Said Ali para comprá-la. Achei-a boa, embora não o desvie de escrever a sua; em muitas questões os pontos de vista são diferentes, em outros seu material é mais completo. Além disso a sintaxe histórica será impressa conjuntamente (*Corresp.*, II, 159. Carta a João Lúcio em 5 de maio de 1920).¹²

Já em 17 de janeiro de 1927 falava Capistrano a João Lúcio de um livro de monografias que seria publicado – creio – em 1930, com o título de *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*:

Este *pois* leva-me a outro rumo. Dia de Reis fui a Petrópolis almoçar com Said Ali. Venceu a crise, estava trabalhando a toda força num livro que, segundo parece, constará de monografias e será apresentado ao Concurso da Academia. Ocupa-se agora com a partícula *pois*, a mais difícil de todas, disse-me, para a qual não achou ainda furo (*Correspondência*, II, 372).

Mas o furo veio com a visita de Capistrano segundo podemos depreender das declarações do Prof. Said Ali em carta de 17 de janeiro de 1927, numa interessante coincidência com a data da missiva do historiador cearense a João Lúcio:

Outro dia V. trouxe força catalítica para a solução do problema *pois*. Até então eu não tinha conseguido escrever uma linha. No dia seguinte amanheceram as idéias e de tarde estava a cousa pronta em três páginas. Tratei também de *mas*, *sempre*, *que quer?*, *felizmente*. Hoje escrevi uma página sobre *olhe*, sem ser com os olhos corporais. Distingo: note, repare: *olhe que é Virgílio, e não Virgília*; reflita, lembre-se: *Olhe que não estamos em Lisboa, primo Henrique*; tome cuidado, acautele-se: *Olhe agora se tem juízo*; *olhe que não deixe a luz acesa*; fique sabendo: *olhe que o rapazinho já escreve e já lê manuscrito*; *pois olhe que todos aqui lhe querem bem*; fique sabendo (ameaçador), pai para filho; *olhe que isso não pode continuar*; informação definitiva: *olhe, eu resolvi não comparecer à festa*. Todo o trabalho até agora anda por 80 páginas. Tenho horas de desânimo. Valerá a pena apresentá-lo? Não seria melhor o volume *Formação de Palavras e Sintaxe do P. H.?* (*Correspondência*, III, 206).

¹¹ Na realidade, o sábio mestre português só pôde rever as primeiras 32 páginas de sua obra.

¹² Nunes pretendia também escrever a parte de sintaxe, porque o livro de Epifânio, apesar de excelente, “seguiu processo diferente” do seu (Prefácio da 1ª edição). Na 2ª ainda continuou a promessa da sintaxe que, infelizmente, o autor nos não pôde dar nunca. Na *Correspondência* (II, 160) volta Capistrano a falar do livro de Nunes.

Em carta de 8 de março, ao mesmo Capistrano, Said Ali declara que o trabalho “deu, datilografado, 110 páginas”.

Cumpra acrescentar que esse intenso trabalho do mestre não foi facilitado por uma saúde de ferro; mas a preocupação de estudo sério estava acima de tudo, como se pode depreender deste trecho de uma carta de Capistrano a João Lúcio, datada de 4 de agosto de 1920: “Said Ali andou com umas vertigens, pensou em morrer e já tinha dito à senhora que me entregasse os originais para eu editar. Felizmente ontem achei-o melhor disposto” (*Correspondência*, II, 172).

Esta longa lista de obras que representa cerca de 65 anos de atividade em pesquisas lingüísticas vem destruir a opinião geralmente aceita de que o Prof. Said Ali “pouco produziu”.

Esparsos em Jornais e revistas, esses estudos estão à espera de uma publicação integral em volumes -, com o que prestaríamos a melhor homenagem à memória de tão ilustre brasileiro e dos mais profundos investigadores da língua portuguesa.

CAPÍTULO II

SINCRONIA E DIACRONIA NA OBRA DE SAID ALI

O bom agasalho que, no Brasil, se deu ao método histórico-comparativo, vitorioso não só em obras de pesquisa, mas ainda nos compêndios didáticos, muito naturalmente favoreceu o critério de preocupação diacrônica. Em quase tudo o que se escrevia sobre língua portuguesa (poderíamos dizer o mesmo em outras partes do mundo), contentava-se apenas com a filiação histórica, com a descrição dos estádios sucessivos do idioma; como bem lembrou Saussure, pondo-se o estudioso dentro desta perspectiva diacrônica, “ce n’est plus la langue qu’il aperçoit, mais une série d’événements qui la modifient” (*Cours*, 128).

Said Ali procurou reagir, em diversas ocasiões de sua vasta obra, contra o excesso do método histórico-comparativo, apesar de aí ter muitos dos seus autores proferidos; mas “estudando, como estudo, os fatos historicamente” (carta a Sousa da Silveira), foram poucas as suas contribuições no campo sincrônico. O mestre patricio, creio, foi o primeiro que, entre nós, conheceu a famosa dicotomia definida pelo lingüista de Genebra, pois já em 1919, no Prefácio da 2ª edição das *Dificuldades*, escrevia:

“...tomei para campo de pesquisas não somente o português do período literário que se estende de João de Barros a Manuel Bernardes, mas ainda o falar hodierno e, por outra parte, o menos estudado falar medieval. Pude assim colher resultados que dão regular idéia da evolução do idioma português desde a sua existência até o momento presente, de onde se vê a razão de certas dicções duplas, existentes ora e ora sucessivas, fontes, muitas vezes, de renhidas e fúteis controvérsias. Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre lingüística sincrônica e lingüística diacrônica” (p. V e VI, 2ª edição).

A *Gramática Secundária* é a obra didática mais dentro da perspectiva sincrônica que apareceu no Brasil, e quiçá em língua portuguesa, de quantos compêndios no gênero até agora foram escritos. As poucas concessões feitas através de suas páginas procuram atender apenas à orientação histórica que norteava o ensino do idioma – o que ainda hoje não está de todo posta de lado –, convicta de que, como ensinava um neogramático do valor de Hermann Paul, “não há outra perspectiva científica da língua senão a história” (“dass es noch eine andere wissenschaftliche Betrachtung der Sprache gäbe als die geschichtliche” (*Prinzipien*, p. 20).

Assim é que, para acalmar os espíritos preocupados com a constante correlação histórica, anunciava no Prólogo da referida obra:

É dever de todo o autor de gramática aplanar tanto quanto possível a estrada ao estudante e ajudá-lo a vencer as dificuldades técnicas próprias do idioma, e não criar-lhe novos embaraços colocando no caminho pedras de tropeço. Evito por isso geralmente a terminologia abstrusa e inútil, e refiro, menos do que se costuma, os fatos da língua que falamos a fenômenos correlatos do idioma latino (p. 3).

As “pedras de tropeço” de que nos fala o ilustre filólogo são, sem dúvida, as técnicas do método histórico-comparativo, a que já se referira muitos anos antes, no *Juízo*

Crítico que escreveu para a *Sintaxe da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro, 1898), de autoria de Leopoldo da Silva Pereira:

Em matéria de ensino não há, que me conste, disciplina que nestes dois a três lustros tanto se tenha maltratado como a língua nacional, e o mais curioso é que justamente o intuito de metodizar o estudo da gramática, dando-lhe um cunho científico, produziu na prática um resultado negativo; foram os mestres em busca do método e da ordem e trouxeram-nos a indisciplina (página VII).

A preocupação de fazer da *Gramática Secundária* um registro do estado do português escrito e falado pelas pessoas cultas da época em que foi elaborada, levou o prof. Said Ali a consignar numerosas observações que, quase sempre, são originais, além de apresentar o seu próprio testemunho como exemplo dos fatos lingüísticos expostos. É sem dúvida esta uma atitude muito moderna, de largo uso na lingüística descritiva, como, por exemplo, se pode ver na argumentação judiciosa do lingüista americano Archibald A. Hill, no seu livro *Introduction to Linguistic* (p. 13). Essa mesma atitude já tinha assumido Júlio Ribeiro na sua *Gramática Portuguesa* e, incompreendido pelos contemporâneos e sucessores, mereceu a injusta crítica de Maximino Maciel: “... e, quanto à sintaxe, ao envés de exemplos hauridos aos monumentos literários, dava-lhes ele próprio, quase sempre” (*Gramática Descritiva*, 500).

Dentre as lições que documentam sua perspectiva sincrônica respigarei os seguintes lances:

“O pronome pessoal *tu* tem aplicação muito limitada. No trato familiar, é admissível havendo muita intimidade ou liberdade. No Brasil vai sendo desbancado pelo termo *você*. O plural, dadas as mesmas condições, é *vocês*, e não *vós*” (*Gramática Secundária*, 93).

Dessarte outra não poderia ser sua atitude diante da concordância do verbo na 3ª pessoa do plural com o sujeito composto constituído de pronomes da 2ª e 3ª pessoas, quando observa: “Na linguagem corrente de hoje, sendo desusado o tratamento de *vós*, e desusada, portanto, a forma verbal respectiva, fala-se segundo os exemplos de Arrais e Herculano que acabamos de citar” (*ibid.*, 207).

Apela para o sentimento lingüístico vigente para este caso de emprego do artigo definido: “Diz-se *o médico de casa* para denotar o médico que costuma tratar da família e o *dono* (ou *a dona*) *da casa* tanto para significar o proprietário do prédio como para indicar a pessoa que governa os negócios domésticos. Dizemos, entretanto, *uma boa* (ou *má*, etc.) *dona de casa*” (*ibid.*, 251).

Momentos houve em que Said Ali teve de ressaltar que o sentimento lingüístico da época era mais importante e decisivo para o gramático do que a lição da história. Pôs nestes termos, por exemplo, o às vezes intrincado problema de depreensão do vocábulos primitivos e derivados, em que, se nem sempre com a sua solução podemos concordar,¹³ pelo menos se avantajou aos seus contemporâneos:

¹³ Discuto o assunto na *Moderna Gramática Portuguesa*.

Parece coisa extremamente fácil distinguir palavras derivadas de palavras primitivas quando se trata de exemplos como *pedreiro*, *pedraria*, *pedregulho* ou *fechamento*, *laranjal*, *banana*, que não requerem especial cultivo da inteligência para alguém saber que se filiam respectivamente a *pedra*, *fechar*, *laranja*, *banana*. São entretanto numerosos os casos em que transparece menos lúcida a relação entre o termo derivado e o derivante, sendo necessário algum estudo para se perceber a filiação. Outras vezes tem havido tal evolução de forma e sentido, que surge um curioso conflito entre o sentimento geral do vulgo e o fato encarado à luz da pesquisa científica. Para o comum dos homens que falam português, a palavra *esquecer* se apresenta como um verbo primitivo, do qual se tiram *esquecimento*, *esquecedor*, *esquecediço*; para o lingüista, é alteração de *escaecer* e palavra derivada, em última análise, de *caer*, forma antiga de *cair*. *Receber*, para quem fala e pensa em português, é outro verbo primitivo; se lhe lembrarem que *re-* é elemento formativo, objetará que não existe nenhum verbo *ceber*. O lingüista analisa de outro modo e, deixando o português, remonta ao latim para decompor o dito verbo em *re + cipere > re + capere*. Há, entretanto, exagero neste método de análise erudita. O sentimento de linguagem é fator essencial, sem o qual as formas e criação de palavras perderiam sua significação. E muito de levar em conta é esse sentimento se, diversificado da língua-mãe, aparece desde a constituição do novo idioma e assim se conserva até os nossos dias (*Gramática Histórica*, II, 3-4).

E a sua atitude descritiva ou sincrônica ainda se ressalta na questão seguinte:

Quando se estuda o fenômeno de composição dentro do domínio de certo idioma, deve-se atender principalmente ao que esse idioma tem produzido com seus próprios recursos. Não servem de prova para os fatos palavras compostas pré-existentes à formação do dito idioma, ou importadas de outra língua, dando a impressão de palavras simples. Pela criação do vocábulo *vinagre*, francês *vinaigre*, italiano *vinagro* não é responsável a língua portuguesa, e este exemplo não atestaria a possibilidade de formarmos um vocábulo novo, combinando um substantivo com um adjetivo. A análise em português daria aliás mau resultado, primeiro porque não consta que existisse nesta língua algum adjetivo popular com a forma *agre*; em segundo lugar, parece que o resultado da composição, na melhor hipótese, havia de ser *vinhagre* (*ibid.*, 39)¹⁴.

¹⁴ Sincronicamente ladear-se-ia o problema histórico levando-se em conta o conselho de forma *livre* e forma *presa*, estabelecido pela lingüística descritiva.

CAPÍTULO III

A LÍNGUA E O INDIVÍDUO NA OBRA DE SAID ALI

A obra de Said Ali, levando em conta o elemento psicológico, inaugurou entre nós o cuidado de se ter presente a participação do indivíduo no ato de traduzir-se através da palavra escrita e oral.

Antes e depois do mestre patricio – prova de que a ação benéfica do seu exemplo não se irradiou como seria de esperar –, quase sempre a preocupação tem sido o “registro” do fato lingüístico e o seu comportamento dentro dos padrões de um ideal de correção clássica. A atitude de Said Ali foi científica; a ele não só interessava a apreensão do fenômeno, mas – o que é mais importante – a sua razão e a das alterações que as suas pesquisas iam colhendo. É o que nos diz no Prefácio da 1ª ed. das *Dificuldades*:

Ainda a propósito dessas mesmas passagens, ver-se-á que sigo traça diferente da orientação que julga encontrar no argumento do “magister dixit” a meta do raciocínio. Entendo que se deve ir mais longe: entrar pelo terreno psicológico, averiguar o que poderia ter ditado ao escritor ora este, ora aquele modo de falar (página IV da 1ª edição, 1908).

Abro aqui um parêntese para defender o mestre de uma acusação injusta (entre outras) que lhe fez o falecido Prof. Herbert Parentes Fortes, quando declarou: “a) o prof. S. Ali se funda apenas em clássicos, – o que é rigorosamente o mesmo que a “língua portuguesa”, tratando-se de costumes de uma língua viva” (*Filosofia da Linguagem*, 179). Ora, já acentuei que Said Ali, nos prefácios de quase todos os seus livros, avisava que “nem a assinatura do autor de um trecho – ou a do gramático – é o bastante [note-se o valor do singular na concordância do verbo; na época em que escrevia, uma lição de gramático poderia ser contestada, mas nunca um exemplo de um escritor clássico] para legitimar a defesa ou a condenação de doutrinas controversas” (*Dificuldades*, 1ª ed., IV). Daí não proceder a crítica. A intenção do mestre era seguir “traça diferente”; o acúmulo de citação de autores, ditava-o uma exigência científica num país onde um só exemplo poderia pôr por terra a melhor argumentação, confundindo a norma com casos esporádicos. Said Ali não fazia dos clássicos, no dizer cheio de *verve* de Silva Ramos, aquela igreja onde se encontra perdão para todos os tipos de pecado. Se compulsarmos as obras do nosso maior filólogo, escritas num largo espaço de tempo, surpreenderemos uma unidade de pensamento que presidiu à sua elaboração: procurar explicar os fatos prendendo-os a questões de ordem mais elevada, para o que a exemplificação dos autores poderá dar a solução *incidentemente*. Ei-lo a nos dizer isso textualmente:

O lingüista de hoje investiga os fatos sem preocupar-se com a questão do que é ou deixa de ser correto. Em geral procuro seguir o mesmo rumo; mas as dúvidas desse gênero podem prender-se a questões de ordem mais elevada e aí encontrar solução. Outras vezes, a documentação geralmente respeitada em que fundo os estudos dará a solução *incidentemente* (*Meios de Expressão*, p. 8 da 2ª ed.).

Sondando a participação do indivíduo na língua – já agora considerada *atividade*, e não *produto*, para perscrutar a criação e a renovação dos recursos expressivos do idioma, estava Said Ali, muito antes de chegar até nós a disciplina, fazendo Estilística da melhor qualidade.

Analisarei esta atitude de Said Ali em dois exemplos dos muitos com que a sua obra nos presenteia. O primeiro que desejo lembrar é a série de conclusões a que chegou no estudo do nosso infinitivo, flexionado ou não. As doutrinas dominantes eram fundadas num empirismo que não resistia ao mais leve exame, contrastando com a realidade idiomática. Desta situação nos dá conta um conhecedor e artista da língua e a outro me não quero referir senão a Silva Ramos:

Quando me fiz professor de português, tive a necessidade de aprender a teoria dos infinitivos, assunto em que nunca havia pensado nos dez ou doze anos que escrevera para a imprensa. Recorri, portanto, à gramática de Júlio Ribeiro, então em voga. Figurou-se-me, à simples leitura, que as regras por ele inculcadas bem poderiam servir: e, como se tratasse de uma autoridade, não hesitei em as transmitir aos meus discípulos, embora não tencionasse adotá-las para meu uso, resolvido, como estava, a continuar a empregar uma ou outra consoante me ocorresse ao bico da pena. Mais tarde, aconteceu vir-me às mãos o romance daquele autor, *Padre Belchior de Pontes*; no correr da leitura, sentia, uma vez por outra, coar-se-me nos membros um arripio, como se me riscassem com as unhas a parede; investiguei a causa do fenômeno e não tardei a verificar que Júlio Ribeiro sacrificara a harmonia do estilo às regras dos infinitivos que ele próprio forjara e era o instinto do ritmo que se me horripilava no subconsciente (“Em ar de conversa”. In Sousa da Silveira, *Trechos Seletos*, 150-151).

Com o critério estabelecido pelo velho gramático Soares Barbosa não iam melhor as coisas; reclama Said Ali nestes termos:

Chamam-lhe doutrina de Soares Barbosa e como dogma parecem aceitá-la; mas admira que, tendo atirado a um canto e entregue às traças todo o resto da *Gramática Filosófica* desse autor, por inconciliável com as nossas idéias de hoje, julguem uma irreverência entregar ao mesmo destino as páginas com as regras sobre o infinitivo (*Dificuldades*, 56-57 da 5ª ed.).

Situando o problema em bases completamente diferentes, procurou o mestre notar que existia um emprego a que poderemos chamar “gramatical” e outro de valor “estilístico”. No primeiro, o infinitivo se relacionava a um verbo principal de locução verbal (e aí mostra a necessidade de levarmos em conta novos tipos de verbos auxiliares, como para o inglês e alemão já ensinavam Whitney, Vernalechken e outros)¹⁵, não havendo, em geral, pleonasma de flexão: esta cabia apenas ao auxiliar. Por outro lado, a flexão do infinitivo poderia ser um recurso para suprir uma necessidade de clareza ou de ênfase, por ser conspícuo o sujeito da forma verbal. E assim aparentes erros encontravam sua explicação à luz da nova maneira de ver o fenômeno. Famoso passo camoniano merece o seguinte tratamento:

Nos Lusíadas há aquele vigoroso *não te espantes de Baco nos teus reinos receberes*. Mal sabia, porém, Camões que lhe haviam de colaborar no pensamento alguns séculos mais tarde e propor esta corrigenda: *não te espantes de Baco nos teus reinos RECEBER*. Como se fosse Baco, e não Netuno, o sujeito; como se o deus do vinho tivesse ido dar alguma recepção no reino d’água! (*Dificuldades*, p. 62 da 5ª ed.).

Não menos inteligente é a análise aplicada a outra passagem camoniana:

¹⁵ “Com a introdução do elemento psicológico no estudo das formas analíticas e aproximando mais do terreno semântico o árido estudo gramatical, afasto-me sem dúvida dos formalistas que até agora têm concebido a classificação dos verbos quase que exclusivamente à luz das formas sintéticas latinas. Esses classificadores não compreenderiam a existência de verbos incoativos, freqüentativos ou iterativos, se a língua latina não existisse” (*Dificuldades*, 60 da 5ª ed.).

Soares Barbosa é incongruente: não sabe o que faz, nem o que diz. Condena, por ter infinitivo pessoal, a frase camoniana: *folgarás de VERES a polícia* (*Lus.*, 7, 72). Fora do contexto, efetivamente não soa bem; quando, porém, lendo *Os Lusíadas*, notamos que Monçaide procura mover o Catual a ir pessoalmente ver com os próprios olhos a frota portuguesa e o que nela se contém, já a impressão não é a mesma. Se duvidares da minha palavra, diz Monçaide, se esta *informação nam for inteira tanto quanto convem... vay verlhe a frota, as armas... e folgarás de VERES* (isto é, tu com teus próprios olhos) *a policia portuguesa na paz e na milicia*.

O outro exemplo em que Said Ali perscruta a participação do falante no sistema lingüístico é o famigerado *Me avisam* de Vieira, que tem sido uma espinha na garganta dos gramáticos, comodamente explicado como reflexo de brasileirismo. Numa carta de 9 de setembro de 1926 a Capistrano de Abreu, Said Ali aventou uma hipótese audaciosa que não figura em livro ou artigo em que o mestre tratou de colocação de pronomes átonos:

O afamado *Me avisam que* não atribuo à influência do falar brasileiro. Está em carta datada de Roma. Por aquela época Vieira recorria às vezes a um modo de dizer estrangeiro, para cumprir o provérbio: “A bom entendedor meia palavra basta”. Queria o padre significar que a notícia procedia de boca italiana (*Correspondência*, III, 204-5).

Tenho como plausível esta explicação, mormente se se faz sem desligá-la do contexto que Said Ali não transcreveu na íntegra: “*Me avisam em muito secreto* (o grifo é meu) que Espanha tem resolutu romper a guerra com França primeiro que ela o faça...”¹⁶ Por outro lado não se devem perder de vista as precauções de certas cartas de Vieira, escritas na época, precauções traduzidas nestas linguagens: “Tive aqui notícias por via certa (mas de nenhum modo passe de V. S.^a) que o decreto se tinha mandado a Roma...” (*ibid.*, II, 414) ou “... de que me pareceu avisar a V. S.^a para que S. A. se confirme na cautela com que o não tem querido ouvir; mas, se esta notícia chegar a tempo, sirva-se V. S.^a de que se não saiba o autor” (o grifo é meu) (*ibid.*, II, 434).

¹⁶ *Cartas do Padre Antônio Vieira* (ed. J. Lúcio d’Azevedo), II, 539.

CAPÍTULO IV

A FONÉTICA NA OBRA DE SAID ALI

A fonética chamada descritiva, experimental, instrumental ou de laboratório nunca foi o forte de Said Ali nem a ela se entregou com mais carinho senão aquele necessário para compreendê-la e ter dela os conhecimentos indispensáveis ao seu labor de lingüista. Aliás, em Portugal e no Brasil, poucos têm sido os especialistas nesta disciplina, dentre os quais avulta a figura de Gonçalves Viana que, não tendo à disposição a aparelhagem dos laboratórios, fez análises e classificações fonéticas ainda hoje válidas. Mas, em compensação, não chegou a projetar-se naqueles campos de pesquisa em que Said Ali se mostrou genial. Não é de um brasileiro este juízo sobre o autor da *Ortografia Nacional*, porém de um português, insuspeito e erudito, chamado José Leite de Vasconcelos:

Os seus conhecimentos consistiam principalmente em línguas e em literaturas modernas. Faltava-lhe talvez um pouco de disciplina, porque em novo não seguira com intensidade estudos regulares. Estes convêm sempre, por modestos que sejam, a quem haja de se dedicar à ciência, porque obrigam a método e a ordem. No campo da Filologia, Viana cultivou de preferência, como já sabemos, a Fonética viva, tanto portuguesa como geral. A Literatura medieval bem como a Sintaxe e a maior parte da Morfologia eram-lhe menos familiares. Viana não tinha paciência para se embrenhar em arquivos, decifrar manuscritos, ler obras arcaicas, meditar contextura de frases, e tomar notas trabalhosas. Nem todos podem servir para tudo! Gostava mais de ler cousas correntes e modernas, como se vê das citações que ele faz nos seus livros. Grande parte do que escrevia, saía-lhe de um jato. Parecia-se aqui um tanto com Gaston Paris, que, referindo-me em uma ocasião em sua casa aos seus apontamentos, me respondeu com espanto: “Tenho tudo aqui”, e bateu na testa com a ponta do dedo indicador (*Boletim da 2ª Classe*, X, 628-9).

A parte dedicada à fonética descritiva é, sem dúvida, a mais fraca na obra de Said Ali, apesar de aí não cometer erros ainda correntes em obras congêneres, como confundir *letra* com *fonema*, dizer que são *cinco* as vogais em português, não dar tratamento científico às semivogais, entre outros pontos. A sua indagação psicológica não se comprazia em ficar na realidade da articulação, mas procurava a função lingüística do fonema e dos recursos de expressão que o material sonoro punha à disposição do falante. Interessava-lhe, sim, a fonética expressiva, os fenômenos de “intonação” (hoje *entonação* ou *entoação*), e nesta rota deu novo tratamento a muitas dificuldades do idioma, porque eram vistas em horizontes muito restritos. Said Ali teve o mérito de, entre nós, apoiando-se (como declarava em artigo de 1895, na *Revista Brasileira*) “em publicações recentes”, trazer para o campo da explicação fonética uns tantos problemas encarados à luz da sintaxe, por se confundir o efeito pela causa. Compreendeu o mestre que as formas e construções em questão resultavam do ambiente fonético em que ocorriam e só pela fonética – em sentido amplo – poderiam ser compreendidas. Estava outra vez Said Ali naquela convicção de que “as dúvidas desse gênero podem prender-se a questões de ordem mais elevada e aí encontrar solução” (Prólogo dos *Meios de Expressão*, p. 7 da 2ª ed.).

É interessante que se note que as grandes fontes que inspiraram Said Ali, em tal orientação, poderiam muito bem tê-lo encaminhado à análise pura dos sons da fala: Brugmann, Sievers, Storm, Sweet e Paul Passy. Guardo, como lembrança que o mestre em vida me deu, os *Grundzüge der Phonetik*, de E. Sievers e a *Englische Philologie*, de J. Storm, onde as anotações e riscos freqüentes mostram o interesse com que tais obras foram lidas por ele. Daí tiramos a conclusão que era dos que liam para joeirar e prosseguir, e não para copiar e ficar na mesmice.

Enquanto os autores da época discutiam se *o que* e *é que* poderiam ser explicados por elipse, ou deveriam ser banidos da língua por não constituírem “uso clássico”, Said Ali enveredava pelo terreno virgem de acentuação frasal, pondo ao vivo a existência de vocábulos átonos ao lado dos tônicos, e o fenômeno de se valorizarem foneticamente aqueles quando, no contexto, adquirem relevo psicológico por se referirem a idéias conspícuas:

Esse processo – diz no artigo de 1895 – de passar o acento principal para o começo da oração, não é no entanto cousa muito fácil numa língua cuja tendência é fixar o acento no fim. É por isso que vulgarmente lançamos mão de outro recurso, para fazer ver ao interlocutor que é no princípio que se acha a idéia mais proeminente. As palavras, conforme tenham acentuação principal, secundária ou ausência de acentuação, denominam-se fortes, semifortes e fracas. As do segundo gênero gozam da propriedade de se converterem em fortes, pela vizinhança de vocábulos fracos. É um princípio muito interessante e que facilmente se observa em várias línguas. Em português, se dissermos *fui eu que disse*, o sujeito *eu* é inquestionavelmente mais forte do que na proposição *eu disse*. Ora, a escolher entre as duas formas, empreguemos de preferência a primeira quando o sujeito é enfático. Podemos ainda realçar o primeiro termo pospondo-lhe a locução fraca e invariável *é que*; e assim diremos: *eu é que quero, ele é que disse*, de preferência a *eu quero, ele disse*. Tanto uma como outra forma de realce são aceitas pela linguagem literária e se usam para salientar o sujeito, o complemento ou o advérbio, colocados no começo da oração... É certo que o gramático, preocupado com esquartejar tudo, ver-se-á embaraçado para analisar sintaticamente essas frases de realce. Eu, no caso dele, não me incomodaria tanto: aceitava os fatos como tais, e quando estes não se subordinassem aos princípios gerais de qualquer das partes da disciplina, considerava-os como anomalias gramaticais... Deixando de lado esta questão de sintaxe, cabe-me citar outro exemplo, por onde se vê também como um vocábulo semiforte aumenta a sua acentuação pela vizinhança de um vocábulo fraco. Todos sabem que na linguagem popular existe um pronome interrogativo com duas formas: *que* e *o que*. Embora a primeira forma seja mais erudita, a segunda, apesar de censurada por aqueles que não vêem os fatos senão através do prisma de um purismo estacionário, manifestamente vai suplantando a forma simples *que*. É que nas interrogações queremos sempre salientar bem as idéias. Nos casos em que, em virtude das leis da acentuação portuguesa, o pronome interrogativo necessariamente é salientado pela pronúncia, os puristas não podem deixar de conceder o emprego da forma *o que*. Empregamo-la, por exemplo, no fim da oração onde (segundo mostramos anteriormente) deve achar-se o acento oracional (*Revista Brasileira*, ano 1º, tomo II, maio de 1895, p. 172-174).

Ainda é o conceito fonético de vocábulo átono e tônico dentro do ambiente em que se encontram que leva Said Ali a penetrar no intrincado problema da colocação de pronomes átonos, revelando-nos aí o papel do ritmo, da pausa, da ênfase e do realce. Nesta nova maneira de ver um problema fonético, até então encarado como puramente sintático (a “atração” era fonética e não na base de classes de vocábulos), pôde concluir que as

condições de pronúncia são outras no Brasil; logo essa regularidade não pode existir. A regularidade lusitana é correta em Portugal, conforme já está sancionada na linguagem literária pelos

escritores brasileiros. Ocioso seria querer um povo imitar o outro; tanto custa ao brasileiro imitar o português, quanto é difícil a este o acompanhar-nos a nós. O que num país parece brotar espontâneo ao ar livre, noutra só se conseguira a poder de cultura em atmosfera artificial (*Difficuldades*, p. 54 da 5.^a ed.).

Por fim, lembrarei ainda mais um caso em que ressalta a interpretação magistral de Said Ali no campo da fonética expressiva: o acento em *à* (antigo *â*)¹⁷. Afastando-se da sovada trilha da crase, o mestre mostrou a existência de um fenômeno curioso ocorrido com a pronúncia da preposição *a* com timbre fechado, passando a timbre aberto, por necessidade diferencial, em locução adverbial constituída de substantivo feminino singular, do tipo de: *à força, à míngua, à espada, à fome*. Passando a ser proferido com timbre aberto, o acento em *a* independeria da presença do fenômeno fonético da *crase*.

¹⁷ *Meios de Expressão*, 11-23 da 2.^a ed.

CAPÍTULO V
A MORFOLOGIA NA OBRA DE SAID ALI

Lexeologia X Morfologia

As novidades no campo científico são acompanhadas de uma nomenclatura nova, por vezes complicada e rebarbativa. No Brasil, em alguns autores de gramática portuguesa, o aparecimento de designações recentes, criadas em geral à luz de empréstimos gregos, não requeria que traduzissem conceitos novos: velhas e surradas noções eram contempladas com *perispômenos*, *properispômenos* e quejandos. Said Ali foi dos que moderaram o curso de termos novos, apesar das novidades e conceitos que a sua obra inaugurou: Na *Lexeologia* nos avisa:

Em pontos de nomenclatura evitei em geral o recurso de inovação desnecessária. Preferi a denominação mais vaga de alternância vocálica a metafônica e apofonia por me parecer que estes termos, segundo os encontros definidos, não exprimem com rigor a natureza da alteração fonética. Um ou outro termo novo que empreguei se impunha para designar fatos que ainda não haviam sido definidos ou se estudavam por aspectos diferentes (*Prólogo*, III-IV da 2ª ed.).

No tocante a termos, Said Ali, por exemplo, preferiu *lexeologia a morfologia*, denominação esta hoje mais em voga, não só fixada pela tradição gramatical, mas ainda pela extensão com que a moderna lingüística conceitua e trata o *morfema*. Os argumentos apresentados por Said Ali, em defesa de *lexeologia*, são válidos apenas para o seu tempo, onde *morfologia* podia referir-se estritamente aos elementos formadores do vocábulo:

A parte da gramática que estuda os vocábulos denomina-se *lexeologia*. Difere da fonética em considerar os sons combinadamente e denotando idéias e relações. No exame das palavras verifica serem estas geralmente formadas de duas partes: o *radical*, parte mais ou menos estável e de significação própria, e *afixos*, elementos variáveis, de significação relativa, isto é, de valor semântico somente na combinação com o radical. Palavras há que não apresentam mais que o radical, por ter desaparecido o elemento variável em que terminava. Os afixos, divididos em prefixos, sufixos, terminações e desinências, dão ao vocábulo a diversidade de formas. Daqui o costume de se chamar *morfologia* ao estudo destes elementos e de suas relações com o radical. Esta feição particular que se dá à lexeologia tem fundamento na gramática de línguas como o latim e o grego, com desenvolvido sistema de declinação e conjugação, e também na gramática das línguas românicas quando se mostra como as formas latinas se mudaram nas destes idiomas modernos. Porém vem menos a propósito o termo morfologia, e promete mais do que tem para dar, quando, posto em lugar de lexeologia, se propõe estudar a evolução das palavras em língua moderna já constituída (*Gramática Histórica*, I, 44).

Esta preocupação de um termo mais adequado reflete em Said Ali a mesma preocupação que moveu seu constante mestre Brugmann a adotar *Formans* para sanar a lacuna de conceituação de sufixo – denominação aplicável ainda aos demais afixos – conforme diz na *Kurze Vergleichende Grammatik*:

Ein Name, der un misverständlich auf alle Fässe passt, wo man bisher von Suffix sprach, und der zugleich auf alle Affixe, die Infixe, sowie auch auf die sogen. Wurzeldeterminative angewendet werden kann, ist das *Formans* (elementum formans). Ich werde mich seiner im Folgenden bedienen (p. 285).

Os tradutores franceses da obra de Brugmann tiveram dificuldade de aceitar o termo proposto pelo notável lingüista, e preferiram substituí-lo por *morfema*: “Il ne sera pas inutile de signaler que le mot *morphème*, par lequel on a traduit *Formans*, est dû à M. Bandouin de Courtenay, qui l’emploie depuis assez longtemps” (*Avertissement*, V).

Daí é fácil chegarmos a entender o cuidado com que Said Ali evitou confundir *morfologia* com *lexeologia*, preferindo esta última denominação para designar o estudo dos vocábulos.¹⁸

Lexeologia Semântica

Quem se detiver na leitura atenta da *Lexeologia* do prof. Said Ali desde logo a distinguirá dos trabalhos congêneres. Esta orientação nova, deveu-a o nosso ilustre filólogo a uma sugestão de Capistrano, conforme uma vez mo declarou em palestra.

Não dissociando, segundo vimos, as alterações de linguagem do homem pensante e da sua psicologia,

Adquiriu o livro certo aspecto de lexeologia semântica, ou, se preferirem, de semântica lexeológica, destoando assim do vetusto sistema de classificação. Descanse em paz a contenda sobre a conveniência ou inconveniência de guardar costumes antigos; somente advirto que deixará de ser histórico o estudo de vocábulos que desprezar as alterações semânticas. No correr das seguintes páginas não faltará ao leitor oportunidade para ver como certos vocábulos variam de categoria gramatical em virtude da mudança de sentido (*Lexiologia*, p. III da 2.^a ed.).

Conceito de Pronome como Vocábulo Dêitico

Embora não constitua sua responsabilidade, Said Ali introduziu nos estudos gramaticais no Brasil o conceito de pronome como vocábulo dêitico, dissociando da classe dos adjetivos. Apoiado em seus mestres, mormente na crítica sagaz de Sweet à lição de pronome como substituto do nome, o autor da *Lexeologia* põe em relevo a referência às pessoas do discurso:

Por muito sugestivo que seja o termo, não satisfaz, contudo, à ciência da linguagem definir o pronome como palavra supridora do nome substantivo. Nada autoriza a crer que o homem, ao designar pela primeira vez os seres por meio de nomes com que os distinguir uns dos outros, se lembrasse ao mesmo tempo de criar substitutos para esses nomes. Correto me parece o ponto de vista de Henry Sweet, que define os pronomes como *nomes* e *adjetivos gerais*, em oposição aos ordinários nomes e adjetivos especiais, devendo-se advertir que alguns nomes e adjetivos são mais gerais em sua significação do que outros. Assim, um nome de significação geral é, muitas vezes, quase equivalente a um pronome. Pouco importa que num livro o autor, falando de si, diga *eu* ou o *autor* e, referindo-se ao leitor, o trate de *vós* ou o *leitor*. E tanto é correta esta observação que vemos certos nomes transformados em verdadeiros pronomes só por adquirirem um sentido geral. Assim *homem* em português antigo era muitas vezes usado como pronome nos mesmos casos que o francês *on* (o qual é a própria palavra *homme* alterada). *Senhor*

¹⁸ Na Lingüística Moderna, como dissemos, ampliando o conceito de morfema, pode-se chegar até a dizer com Gleason: “Perhaps the best that can be done is to define the morpheme as the smallest unit which is grammatically pertinent. But it would then be necessary to define grammar as the study of morphemes and their combinations” (*Introduction*, 52).

com sentido especial é nome, mas *o senhor*, referido geralmente a qualquer pessoa a quem dirigimos a palavra, é pronome. O latim *rem*, pela sua aplicação geral, passou a ser pronome em românico. E quantas vezes não nos serve a expressão *a cousa*, como equivalente de *isto*? (*Gramática Histórica*, I, 92).

O Termo Dêitico

Antes de passar adiante, cabe-me insistir na forma *dêitico* (assim pronunciava) usada por Said Ali, forma que foi criticada pelo Prof. Cândido Jucá (filho) como *descuido de germanista* (*Categorias Gramaticais*, 35-36), devendo ser aportuguesada para *díctico*.¹⁹ Com o inteligente e preparado crítico, temos que a inovação de Said Ali é devida a Brugmann. O termo, porém, parece que foi empregado pela primeira vez, na lingüística moderna, pelo celtista alemão Ernest Windisch (1844-1922), em trabalho saído em 1869, apoiado na lição do gramático Apolônio (Cf. *Wackernagel, Vorlesungen über Syntax*, I, 84 e ss.).

O termo *dêitico*, alemão *deiktisch*, passou à nomenclatura lingüística de outros idiomas: inglês *Deictic*, francês *Déictique*, italiano *Deictico*, espanhol *Deictico*. Por estes modelos, tirou o Prof. Said Ali o nosso *dêitico*. Que o vocábulo encerraria um erro de aportuguesamento, como vem lembrou o Prof. Cândido Jucá (filho), não há dúvida, se fosse antigo no idioma. O ditongo grego *ei*, normalmente, passa a *i* longo em vocábulos portugueses. Assim, melhor seria *díctico*, como temos *paradigma*. Isto não escaparia ao autor da *Lexeologia*, como ao excelente grupo de indo-europeístas franceses que traduziu o resumo de Brugmann, isto é, Bloch, Cuny, Ernout, Meillet e Gauthiot, todos com profundo conhecimento de grego. Pois bem, o alemão *deiktische* (Pronome) está aí representado por *déictique*.

Aliás, diga-se de passagem que a transcrição do ditongo grego *ei* por *i* longo não é característica do português nem particularidade das outras línguas românicas:

It therefore became a general European convention that when a new word was adopted from Greek into English or any other modern language, it must be treated as if it had passed through a Latin chanel. The Greek *k, ai, ei, oi, ou, u*, were transliterated, after Latin exemple, by *c, ae, i, oe, u, y*, and the aspirated initial *r* by *rh*. In the main, these rules are still adhered to, though there are some exceptions among modern scientific words (Bradley, *Making of English*, 98).

Termo científico, *dêitico* ou *dêitico* pertence àquela classe de palavras de empréstimos que desobedecem às leis gerais de transcrição dos elementos estrangeiros, irregularidade que Said Ali tão bem conheceu quando, entre muitíssimas outras oportunidades, estudou os nomes próprios geográficos (**In Dificuldades**).

¹⁹ O *Century Dictionary*, preparado sob as vistas da conhecida autoridade W. D. Whitney, também já pôs em evidência o erro do inglês *deictic*: “The regular analogy would require *dictic* (cf. *apodictic*)”. O *New English Dictionary* ensina-nos: “Deictic – Also deiktic... The Greek word occurs in Latin medical and rhetorical writers as *dicticos*, which would give *dictic*; but the term is purely academic, and the form *deictic* or *deiktic* is preferred as more distinctly preserving both in spelling and pronunciation the Greek form” (III, 151).

QUEM Pronome Relativo Indefinido

Ainda no capítulo do pronome, Said Ali assinala a existência de um *quem* “visivelmente destituído de antecedente”, que entra em construções do tipo “*quem* porfia mata a caça”, “*quem* espera sempre alcança” (*Gramática Histórica*, I, 114). A tradição, em compêndios de língua portuguesa, é aceitar ainda hoje a lição do relativo “envuelto” exposta, aliás com certa insuficiência, por Andres Bello na sua *Gramática de la lengua Castellana* (§§ 328, 332 e 1042).

Said Ali também não se convenceu com a explicação, ainda que, independentemente do velho mestre chileno, viesse com a chancela de um lingüista com o Henry Sweet:

Mas como o vocábulo *quem* aí sugere a noção de “*homem* (ou mulher) que”, “alguém que”, sentimo-nos propensos a ladear a questão lingüística, analisando não já o pronome tal qual em tais frases se apresenta, mas sim o seu equivalente semântico. Esse método condenável, de conciliação forçada, não satisfaz todavia ao espírito quando aplicado a *quem quer que*, expressão ampliada do mesmo pronome *quem* nestas proposições *quem quer que o disse; não façam mal a quem quer que te ofenda*. Sweet propõe para o pronome nas condições dos dois primeiros²⁰ como dos dois últimos exemplos a denominação de relativo *condensado* “por desempenhar o próprio relativo também funções de antecedente”. Qualificativo cômodo, sem dúvida, mas não ditado pelo critério histórico-comparativo. Estudos mais rigorosos (Delbrück e Brugmann) permitem presumir que o pronome em questão deve a sua origem a uma causa dupla: ao interrogativo *quem* nas interrogações indiretas e ao indefinido *quem* (*Gramática Histórica*, I, 114-115).

Este aparente pequenino movimento de peão iria lançar novas luzes sobre problemas de classificações de estruturas oracionais. Realmente proposições iniciadas por *quem* eram comodamente arroladas entre as adjetivas, sem que se fizessem maiores críticas no processo de análise. Mas Said Ali enxergou bem que “o relativo indefinido gera orações de caráter substantivo; o relativo propriamente dito (com antecedente) dá origem a orações de caráter adjetivo. Comparemos *quem trabalha* (o trabalhador) e *o general que venceu* (o general vitorioso)”.

Não parou aí, entretanto, a série de novidades; sendo este *quem* introdutor de oração de caráter substantivo, pode vir precedido de preposição que pertencerá à oração, e não particularmente ao relativo indefinido.²¹ Assim, a presença da preposição pode ocorrer independente da função sintática exercida pelo *quem*.

- a) Sujeito: Deu o livro *a quem menos o merecia*
- b) Objeto direto: Deu o livro *a quem eu vi*.

²⁰ Referia-se aos exemplos *quem porfia mata a caça, quem espera sempre alcança*.

²¹ Constituem as orações do primeiro tipo um todo e se forem precedidas de preposição dependente de verbo ou nome de outra oração, esta partícula regerá não a palavra *quem* sujeito, mas a frase toda, como se fosse um substantivo” (ibid., 115).

O Aspecto Verbal e os Verbos Auxiliares

Não foram menos importantes as atenções que Said Ali dedicou aos verbos. É antiga na sua obra a justa colocação dos verbos auxiliares portugueses. Amparado na lição de Whitney, Vernalecken e outros, para o inglês e alemão, mostrou que são vários os tipos desses auxiliares que denotam *aspectos* verbais. Introduziu em língua portuguesa, ainda sob a inspiração de gramáticos estrangeiros, as denominações *auxiliares acurativos, causativos, modais e sensitivos*, além de lançar, com Brugmann, a primeira referência ao conceito de *aspecto* verbal. Num interessante estudo sobre *haver e ter*, delimitou a conjugação simples dos tempos compostos através destes verbos, ressaltando que servem de indicar as modalidades dos tempos simples (imperfectivo) como o aspecto a que chamou perfectivo (i. e., “modalidade de realização perfeita até o presente, ou até determinado momento do pretérito ou futuro”: *tenho lido, terei feito* (*Dificuldades*, 126), sem que, contudo, estes termos queiram significar “o mesmo que nas gramáticas de línguas eslavas, onde são empregados” (*Dificuldades*, 127).

Tempos Compostos e Conjugações Perifrástica

Tais considerações permitiram a Said Ali que visse por prisma diferente os conceitos antigos de *tempos compostos* e *conjugação perifrástica*. Na *Lexeologia* previnemos o mestre:

Da combinação de um verbo relacional (auxiliar) em suas diversas formas com o infinitivo, gerúndio ou particípio do pretérito de um verbo nocional (v. principal), resulta a conjugação composta. *Anda, andou, andara* são formas do verbo *andar* na conjugação simples; *tem andado, terá andado, tivesse andado* pertencem ao mesmo verbo, porém na conjugação composta *ter andado*; *está andando, estava andando, esteja andando* fazem parte do mesmo verbo na conjugação composta *estar andando*. Segundo praxe antiga dos gramáticos, consideram-se “tempos compostos” e conjugação perifrástica como cousas distintas. Não o faremos aqui, depois de explicar, como nas páginas precedentes explicamos, que *ter andado* e *estar andando* nasceram de processos análogos. A primeira destas duas formas é linguagem antiga e comum a outros idiomas, e deve à circunstância de ser desconhecida dos primeiros gramáticos a verdadeira história das formas analíticas o ter sido encaixada como um “tempo composto” especial no sistema de conjugação do verbo simples. Nasceu daí a terminologia confusa (perfeito composto, *passé défini*, etc.) e a dificuldade enorme de perceber o sentido exato, nas diversas línguas, de *tenho visto, j'ai vu, I have seen, ich habe gesehen* etc. (*Gramática Histórica*, I, 179-180).²²

O Futuro do Presente e o do Pretérito

Ainda ao prestígio da lição de Said Ali se deve, entre nós, a exata compreensão das formas verbais em *-ria* que a gramática antiga, examinando-as por estreitos horizontes, chamava *condicional*. Mostrou-nos o mestre que esta forma não passava de uma

²² Num exemplar das *Dificuldades* que o mestre me presenteou, encontrei a transcrição de dois trechos de Meillet que confirmam a lição aqui exposta. Tais passagens podem ser lidas na 5ª ed. das *Dificuldades*, p. 208 e 209.

modalidade de futuro em referência a fato expresso no passado, podendo assumir um matiz de irrealidade:

Paradoxal, ou não, futuro do pretérito é denominação que se há de tomar ao pé da letra; nem sei de outra que melhor caracterize o papel do verbo quando se comparam frases como as seguintes:

Diz que virá sem falta/ disse que viria sem falta/ juro que cumprirei o dever/ jurei que cumpriria o dever.

Por meio das formas *virá, cumprirei* designamos a ação futura relativamente ao tempo presente; mas o ato vindouro referido aos pretéritos *disse, jurei*, não se pode expressar senão pelas formas *viria, cumpriria*. Estas indicam pois necessariamente o futuro do pretérito, assim como as primeiras o futuro do presente; e qualquer consideração que se fizesse no sentido de afagar o preconceito da função condicional quanto às frases em que ocorrem *viria* e *cumpria*, logicamente se havia de aplicar também às duas outras, ficando *virá* e *cumprirei* compreendidos, por semelhante sofisma, no modo condicional. (*Dificuldades*, 141-142).

CAPÍTULO VI

SINTAXE E ESTILÍSTICA NA OBRA DE SAID ALI

Investigações Sintáticas

Pela originalidade do método e profundidade da pesquisa é, sem sombra de dúvida, o Prof. Said Ali o maior sintaticista da língua portuguesa até hoje aparecido. Antes dele foram poucos os que se dedicaram a tais empresas, no Brasil e em Portugal, o que mereceu dizer-se que a sintaxe era a madrasta dos filólogos. Só Epifânio Dias chegou a elaborar uma obra que pode ombrear com a do mestre brasileiro. Os métodos que empregavam, entretanto, eram diferentes. Epifânio – seguindo as pegadas de Madvig – restringia-se no surpreender o fenômeno lingüístico, relacionando-o quase sempre com o latim literário. A *Sintaxe Histórica* está longe de traduzir os conhecimentos de seu autor, porque a doença e depois a morte lhe não permitiram preparar o trabalho com que gostaria de enriquecer a língua que tão profundamente amou e ensinou.

Said Ali, por outro lado, não se contentava não só registro dos fatos nem no estabelecer as correlações dentro do eixo das continuidades lingüísticas, isto é, na simples indagação de princípios ou regras diacrônicas. Seus olhos de lince, levados por incomparável erudição e tato no exame dos valores expressivos, iam pousar nas razões mais profundas deste ou daquele modo de dizer. Como já acentuei anteriormente, não dissociava “do homem pensante e da sua psicologia as alterações por que passou a linguagem em tantos séculos” (*Lexeologia*, p. III da ed. de 1921).

Beneficiou-se dos então modernos conceitos sobre acentuação e mostrou-nos, pela primeira vez no Brasil, que, ao lado da atenção que se dava ao vocábulo de per si também mereciam cuidados os grupos fonéticos da acentuação oracional. Examinou em magistras artigos a repercussão desses fenômenos fonéticos no campo da sintaxe, do que já tive ocasião de falar.

As pesquisas sintáticas de Said Ali tiveram de seguir caminho diferente das fáceis e tradicionais explicações por elipses e substituições, recursos, sem dúvida, mais cômodos e, quase sempre, menos verdadeiros:

As dificuldades na análise destes casos nascem entre nós não tanto dos fatos em si; resultam antes do estarmos sempre propensos a subordinar e amoldar todos os fatos gramaticais a certas doutrinas tradicionais estabelecidas *a priori*. Em vez de aceitarmos os fenômenos lingüísticos tais quais se apresentam, andamos geralmente a procurar fora da linguagem um termo reclamado por um princípio apriorístico. Fantasiamos possibilidades, socorremo-nos de sujeitos imaginários, fingimos a sua existência, ou então, sentindo-nos incapazes de analisar uma frase diretamente, substituímo-la por outra, lingüisticamente diversa, e analisamos a segunda. Em suma, não analisamos: sofismamos a análise (*Dificuldade*, 78-9).

Conceito de Estilística na Obra de Said Ali

Como discípulo do positivismo lingüístico, outra não seria a sua posição diante da Estilística: Said Ali, a exemplo do gramático alemão Schmalz, a compreendia como o estudo das normas que levam a um estilo polido e elegante:

A exemplo de alguns gramáticos notáveis, v. g. Schmalz na *Lateinsche Gramatik*, associe o termo Estilística à designação da parte da gramática conhecida pelo nome de Sintaxe. Em lugar de puras teorias, encontrará o estudante algumas indicações práticas para a formação do bom estilo (Prólogo da *Gramática Secundária*).

Naturalmente estamos diante de uma atitude meramente de ordem didática; como ninguém entre nós, Said Ali sabia fazer, e muitas vezes o provou, agudas análises estilísticas à Vossler ou à Spitzer²³ – lembremo-nos aqui, para um só exemplo, a explicação dada ao *Me avisam* de Vieira (cf. o capítulo III), mas considerava tais excursões alheias ao trabalho do gramático que busca a codificação do sistema, e não dos desvios lingüísticos, ainda que com intuitos expressivos ou estéticos. Sua posição, neste particular, muito se assemelha à de J. B. Hofmann que, aceitando por um lado a aproximação da Estilística à Sintaxe (na 5.^a edição refundida da obra do antes citado Schmalz), escreve um livro sugestivo como *Lateinische Umgangssprache*, onde aproveita idéias da escola idealista, sem contudo exagerar as explicações psicológicas de usos isolados. Assim procedeu Said Ali. O mestre brasileiro assinaria como suas as seguintes declarações de Meyer-Lübke, no *Avantpropos* do vol. III da sua *Grammaire des Langues Romanes*, datado de 15 de outubro de 1899:

A plusieurs reprises, j'ai renvoyé le lecteur à ses développements complémentaires sur l'étude des mots ou sur la stylistique. Le premier travail, j'ai bien le dessein de l'écrire, mais je crains d'en garder le plan par devers moi si longtemps qu'en fin de compte je ne pourrai plus m'en séparer et que je l'emporterai dans la tombe; quant à la stylistique, je l'abandonne à d'autres. Pour cette dernière étude, il ne peut pas être question de rassembler dans des casiers munis d'étiquettes à belles dénominations grecques des exemples empruntés à toutes les langues romanes; la stylistique est l'étude de la langue comme art; pour la traiter, il faut posséder le sens artistique, le talent de se pénétrer des sentiments des autres à un degré où il ne m'est pas donné d'atteindre. D'autant plus heureux serais-je si ce travail était entrepris par quelqu'un qui possédât les aptitudes requises pour ce genre d'études (p. VIII).

Em que pese à crítica de Spitzer, em *Lingüística y Historia Literaria* (ed. Gredos, p. 9-11), a obra científica de Meyer-Lübke está repleta de sagazes interpretações, onde se permite “contemplar um fenómeno en su estado de reposo, estudiarlo en sí mismo, cara a cara”. O notável romanista sentia a importância das pesquisas ao sabor da escola idealista, como se pode depreender de suas palavras na *Grammaire*, acima citadas, além de ter, em 1905, recomendado a publicação do livro do seu então discípulo Spitzer, intitulado *Die Wortbildung als stilistisches Mittel*, “un libro de tendencia y métodos tan contrarios a los suyos” (Spitzer, *ibid.*, 31).

Estudos tratados em Cartas a Capistrano de Abreu

²³ Com esses mestres mantinha Said Ali relações cordiais.

Muitos problemas preocuparam Said Ali sem que na sua obra conhecida tivessem sido revelados. Alguns deles encontro comentados no vol. III da *Correspondência* de Capistrano que enfeixa poucas cartas do mestre ao ilustre historiador. Na feitura da Sin-taxe, por exemplo, o emprego do subjuntivo lhe deu o que fazer:

Estou agarrado com a difícilíssima questão do emprego do conjuntivo. Ataco o problema pela parte analítica. Exemplos colecionados tenho-os em abundância, mas há deficiência para o esclarecimento de pontos de suma importância, e o único remédio é entrar novamente pela mata dos escritores e procurar e catar o que preste (carta de 12-7-1921, III, 203).

Sobre expressões de situação, magnificamente estudadas nos *Meios de Expressão* (p. 48-80 da 2ª ed.), ocupa-se o trecho da carta de 17 de janeiro de 1927:

Outro dia V. trouxe força catalítica para a solução do problema *pois*. Até então eu não tinha conseguido escrever uma linha. No dia seguinte amanheceram as idéias e de tarde estava a cou-ra pronta em três páginas. Tratei também de *mas, sempre, que quer?, felizmente*. Hoje escrevi uma página sobre *olhe*, sem ser com os olhos corporais. Distingo: note, repare: *Olhe que é Vir-gílio, e não Virgília*; reflita, lembre-se: *Olhe que não estamos em Lisboa, primo Henrique*; tome cuidado, acautele-se: *olhe agora se tem juízo; olhe que não deixe a luz acesa; olhe que o rapazinho já lê manuscrito; pois olhe que todos aqui lhe querem bem*; fique sabendo (ameaçador), pai para filho: *Olhe que isso não pode continuar*; informação definitiva: *Olhe, eu resolvi não comparecer à festa* (*ibid.*, 206).

Acerca de conglomerados verbais são curiosas as informações que se seguem:

Quando pela primeira vez li as *Cartas* de Vieira, causou-me espécie aquele curioso emprego de *haver mister*, tão em desarmonia com *sem mister*, muito em voga entre as pessoas que se exprimiam em linguagem puxada à substância. Formas cristalizadas num e noutra caso, permanecendo *mister* sempre no singular. Foge-se de ofender a gramática dizendo *são necessários* por *são mister*. Como V. sabe, Vieira empregava *haver mister* como verbo transitivo. Para o gramático é osso duro de roer, esta linguagem: “V. M.cê *há mister* ainda os que para muito prestam... e quando... eu *houver mister* o favor”. Há mais exemplos do mesmo gênero nas *Cartas*, além da fórmula terminal: “Deus guarde V. Ex.^a como havemos mister, etc.”. *É mister* procederia de *é de mister?* Hipótese simpática, mas não tenho documentação destoutra linguagem (carta de 8 de março de 1927, *ibid.*, 206-207).

Quanto à difícilíssima questão da repartição dos verbos em transitivo (direto e indireto) e intransitivo, é digna de reflexão a seguinte passagem de carta sem data:

Ando a estudar a divisão do verbo quanto ao sentido e, com alguns subsídios que possuo de outras línguas, não vejo ainda distinção tão perfeita como a proclamam as gramáticas. Digo mais. Se quisesse prestar exame de Português agora, só por decreto poderia ser aprovado. Imagine que nem diferenciaria sequer verbo transitivo de verbo intransitivo. Pois não escrevia Vieira ora *resistir-lhe*, ora *resisti-lo*? Por que é que se diz hoje *renunciar a* quando os clássicos não conheciam senão *renunciar alguma cousa*? E como é que vejo aqui *obedeceu-lhe*, ali *obedeceu-o*, e mais além *foi obedecido*? E por que motivo há de um sujeito arrancar da espada, quando outro só arranca dentes, sem preposição? E como se consente a partícula *a* antes de objeto direto, posta infinitas vezes? E quanto à passagem da ação do agente para o paciente, certo não deu pelo milagre Otelo, que amava a Iago, nem Iago, que odiava a Otelo. Veja por aqui que prebenda não toma quem se mete a escrever gramática portuguesa que ligue cousa com cousa. Tenho meditado muito sobre o problema dos verbos e continuo a meditar. Algum dia acabarei adquirir (III, 209).

Do intrincado problema do uso de sufixos trata uma extensa parte da carta donde tirei a última citação:

A sua dúvida sobre o sufixo *ão* creio que poderia desaparecer, procurando encaminhar o caso pelo trilho lingüístico. Analogia é pau para muita obra, mas haverá explicação melhor? O

nome de agente formado pelo sufixo em questão – puro, modificado ou incrementado – é certamente um aumentativo, porque o indivíduo pratica a ação com excesso ou extraordinária frequência. *Pedinchão* por *pedintão* não dá lugar a hesitação. Convém lembrar que aqui, como em outros casos, pode estar latente o intuito depreciativo (sabichão, etc.). Também se deve reparar na especialização que sofreram certos nomes concretos (florão, garrafão, caixão, portão, palavrão, etc.), na impossibilidade de ajustar o sufixo aumentativo a nomes abstratos, e, finalmente, no desuso dele na maioria dos próprios nomes concretos. E no entanto não há substantivo que não admita ao pé de si o termo *grande*. *Lambão*, *mandão*, *trapalhão*, *mijão*, *chorão* e outros semelhantes há de querer mais de um gramático que procedam de *lambedorão*, etc., ou de antigos participípios do presente, acrescidos do sufixo *ão*. São conjecturas audaciosas, que não explicam o desmoronamento de uma ou duas sílabas intermediárias. Eu creio antes na derivação direta do tema verbal ou, talvez, da 3ª pessoa funcionando de nome de agente, como sucede em *matamouros*, *engole-espadas*, *mija-mansinho* (*sic*), *empata-[?]*, *pinta-monos*, *quebra-nozes*, etc. Posto que esta prática não se evidencia senão em nomes compostos, nada prova a impossibilidade de um sufixo unir-se diretamente ao tema verbal, para formar um nome de agente; *ão*, que em outros casos denota crescimento de tamanho ou massa acima do vulgar, aqui aumenta a ação intensiva ou iterativamente. E é o dito sufixo suscetível de expansão, como nos aumentativos provenientes de nomes. *Comilão*, por influência de outro vocábulo (vilão?) soaria melhor do que *comão*; formar-se-ia como santilão (em Am. de (*sic*) Arrais) por *santão* ou *santarrão*. Aulete deriva beberrão asnaticamente de *bebedarrão* (com estrelinha); caminho mais curto é *beb-errão* (v. as variantes – *arão*, *eirão*, *arrão*, *errão*). *Dorme* podia dar *dorminhão* mas preferiu-se *dorminhoco*. Má lembrança; porque, sem a vestimenta regulamentar, ficou este tal desclassificado, não o querendo os demais aumentativos em sua companhia. Engastando-se o nosso sufixo de um salto ao tema verbal, vêm a diferir os aumentativos assim criados dos derivados nominais análogos, por lhes faltar termo primitivo que designa o agente sem exagero de ação. Também não é necessário, já que lhe faz as vezes algum nome em *dor* ou *nte*. Que diferença entre os diminutivos, que tão desembaraçadamente e de qualquer nome se formam, e esses pobres aumentativos! E a esmola que ainda lhe fazem com o *portãozinho*, o *caixãozinho*, o *facãozinho*? (*ibid.*, p. 208-9).

O árabe, que Said Ali aprendeu depois de homem feito, merece também seu lugar nas cartas a Capistrano de Abreu:

Quanto à divisão de tempos do verbo, veja se lhe pode servir isto do árabe: conhecem um pretérito e um futuro. Este último serve não só para uma ação a realizar em relação ao momento em que se fala, mas também para indicar uma ação vindoura em relação ao momento em que se fala, mas também para indicar uma ação vindoura em relação a²⁴ um pretérito. Dizem, p. ex.: “O rapaz vai *contará* a história”; repara também em: “não há meninos de oito dias que *saberão falarão*”; “eu não *beberei* café (?)”, “não *saberei escreverei* árabe”. O presente preciso, ação praticada no momento em que se fala, é expresso pelo participípio presente ou então por uma forma analítica, como em português “estou escrevendo (*ibid.*, 201).

O seguinte comentário de outra carta versa sobre vocabulário árabe:

A língua árabe surpreende-me com termos de significações desvairadas, a que me é de todo em todo impossível descobrir a associação de idéias. Há pouco me aparece *nábal*. Pedia o sentido que traduzisse *nobre*, *ilustre*, *notável*, etc. O dicionário confirmou-o; porém, mais adiante, diz: “pedrinha para limpar depois de feita a necessidade corpórea”. Entre os dois extremos ainda há *seta*, *presente*. Pedirei a Isaac as suas luzes para o caso (*ibid.*, 202).

A curiosidade do mestre e as relações de amizade com Capistrano atirariam suas atenções para o bacairi. De várias passagens elucidativas desta asserção, lembrarei apenas as duas seguintes que ocorrem nas cartas de Said Ali, por serem interessantíssimas:

²⁴ A repetição literal de “mas também para indicar uma ação vindoura em relação a” dá impressão de erro de cópia, mas é como está na tese.

V. falou-me dos verbos em bacairi. Veja se é aproveitável a observação de Stolz e outros que, não havendo menção nem referência a objeto, os chamados verbos transitivos são tão intransitivos como os que se classificam nesta categoria: *o doente não come nem bebe; não dorme, não anda*. Outra cousa que não se costuma indagar, mas me parece interessante, é a dos verbos causativos: de *cado, caedo* (fazer cair); de *fallen, fällen*; de *sitzen, setzen*, etc., etc. Nas línguas oriundas do latim um verbo pode exercer as duas funções: *montez-le; descendez-le* (*ibid.*, 205).

A outra nota diz respeito ao infinitivo flexionado: “A informação que V. dá da existência de infinitivo pessoal no bacairi interessa a todo o mundo; a que diz respeito à relação entre o verbo transitivo e o reflexivo é de suma importância, especialmente para mim” (*ibid.*, 209).²⁵

²⁵ – É curiosa esta informação porque aumenta o número de línguas que têm o infinitivo flexionado, ainda hoje tido como fenômeno especial ao português. Aliás não somos os únicos tomados pela mania da exclusividade. O nosso erudito amigo Paulo Ronai conta-nos também a sua desilusão, embora tal forma não se empregue aqui com a mesma aplicação do português: “Não somente o vocabulário (da língua portuguesa): fenômenos sintáticos também me provocaram reações sentimentais. A descoberta do infinitivo pessoal foi uma surpresa e abalou-me bastante o orgulho patriótico, pois julgava-o riqueza exclusiva do húngaro” (*Como Aprendi Português*, 1956, p. 10). Diga-se de passagem que mestre Said Ali considerava o infinitivo flexionado um *idiotismo* de nossa língua, não porque o fato fosse desconhecido de outro idioma, mas porque tinha outro conceito de idiotismo, que acho oportuno recordar: “é toda a dicção que não analisa, ou está em conflito com os princípios gerais da gramática, sendo, porém, geralmente adotada na boa linguagem... Também é idiotismo o infinitivo pessoal, pois que, segundo os princípios gerais da gramática, nenhuma das formas infinitivas deveria tomar desinência pessoal. Não devemos definir o idiotismo, segundo alguns gramáticos, como construção particular de *uma* língua, estranha, portanto, às outras línguas, porque ninguém conhece todos os outros idiomas em todos os seus segredos e modos especiais de falar” (*Gramática Sdecundária*, 310).

CAPÍTULO VII

GRAMÁTICA HISTÓRICA PORTUGUÊSA NA OBRA DE SAID ALI

Gramática Histórica Portuguesa X Gramática do Português Histórico

O qualificativo *histórico* apenso à *Lexeologia* e à *Sintaxe* o Prof. Said Ali faz que os leitores esperem mais a presença do latim do que a que realmente estes livros encerram. As referências à língua do Lácio são escassíssimas, levando-se em conta a natureza das obras; entretanto ela resulta de uma orientação que o mestre quis imprimir aos trabalhos. Em primeiro lugar, já naquela conferência de 1914, acentuava, com Meyer-Lübke que a “sintaxe das línguas românicas em muitos pontos se aproxima do alemão moderno ou do grego moderno mais do que do latim antigo” (*Dificuldades*, 5ª ed., 182).²⁶

Em segundo lugar, tratando-se de um compêndio destinado aos alunos de nossas escolas, onde havia muito que dizer do progresso da língua portuguesa pela comparação das fases antiga e moderna, o espaço destinado ao latim seria melhor aproveitado. A *Correspondência* de Capistrano, tão rica de informações sobre os livros de Said Ali, não deixaria passar sem comentário a ausência do latim:

Said Ali – diz o historiador cearense a João Lúcio em carta de 6-10-1920 – mandou datilografar a gramática, um processo que já lhe recomendei e que, se V. experimentar, há de reconhecer vantajosíssimo. Com largas margens, pode fazer todas as correções e adiantar o trabalho tipográfico. O editor mandou-me duas cópias: uma para ficar, outra para ser devolvida. Li as primeiras 150 páginas, que concluem quase o verbo: falta concluir este assunto e o do advérbio; preposição e conjunção ainda estão intactas. Na sintaxe pegará, apenas termine a primeira. Duvido que esteja tudo impresso em março, como ele deseja. Na *Gramática* ele considera a língua como formada; não se perde em demonstrar a transformação do latim em português, e assim ganha espaço para outras matérias (vol. II, 17).

Vê-se por tudo isto e pelos títulos primitivos da *Lexeologia* e da *Sintaxe*, que Said Ali desejou empreender uma *gramática do português histórico*, isto é, a partir da língua já documentada, e não uma *gramática histórica do português*. Dessarte considero fora do propósito do autor o título com que saiu o trabalho, em sua 2ª edição: *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Para salvaguardar a promessa do título, foram anexadas as treze páginas minguadas sob a rubrica *Alterações fonéticas do latim vulgar* que põem em evidência dois fatos: destoam do conjunto pelo inexpressivo da lição e bem demonstram a pouca importância que o mestre dava aos excessos do positivismo das evoluções fonéticas dos *junggrammatiker*.

As Fases Históricas da Língua Portuguesa

Sem sombra de dúvida, a obra científica do Prof. Said Ali é a única, entre os filólogos brasileiros de todos os tempos, que guarda certa unidade de pesquisa histórica. Passou o mestre estudando historicamente os fatos da língua portuguesa e destas inves-

²⁶ Meyer-Lübke, na *Einführung*, fala de *moderno alto alemão*.

tigações saíram grande parte das *Dificuldades* e dos *Meios de Expressão*, e, totalmente, a *Lexeologia* e a *Sintaxe do Português Histórico*, se quisermos abstração dos trabalhos de menor fôlego.

Esta continuidade metódica, esta persistência, esta preocupação permanente não preside, embora transpareça, à obra de um Mário Barreto, de um Pacheco da Silva Júnior, de um João Ribeiro, para falarmos tão somente, entre os já falecidos, dos mais imbuídos do movimento lingüístico renovador iniciado depois da primeira metade do século XIX.

Percorrendo seus livros, facilmente concluímos que suas leituras não se limitaram aos escritores chamados clássicos de 1500 para cá, especialmente certos quinhentistas e seiscentistas, cânon dos puristas hodiernos. No prefácio à 2ª edição das *Dificuldades* já lembramos:

Levei sempre em conta, nas diversas questões de que me ocupei, o elemento psicológico como fator importantíssimo das alterações de linguagem e, inquirindo a persistência ou instabilidade dos fatos lingüísticos, tomei para campo de pesquisas não somente o português do período literário que se estende de João de Barros a Manuel Bernardes, mas ainda o falar hodierno e, por outra parte, o menos estudado falar medieval. Pude assim colher resultados que dão regular idéia da evolução do idioma português desde a sua existência até o momento presente, de onde se vê a razão de certas dicções duplas, coexistentes ora e ora sucessivas, fontes, muitas vezes, de renhidas e fúteis controvérsias. Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre lingüística sincrônica e lingüística diacrônica (p. XVII da 5ª ed.).

Tal orientação daria pouca oportunidade aos escritores brasileiros, omissão de que se defende o mestre em carta ao Prof. Sousa da Silveira, quando a este emitia juízo sobre as *Lições de Português*:

Aplaudo, e muito, o citar trechos de autores brasileiros a que os gramáticos da antiga escola negavam o direito de votar. Eu pessoalmente não há dúvida que pouco os tenho citado em meus trabalhos; mas é claro que estudando, como estudo, os fatos historicamente, se não tratei desenvolvidamente do falar brasileiro, é que ainda não cheguei a esta fase mais moderna da linguagem.

A assiduidade com que manuseava os documentos do idioma, desde sua origem, através da fase medieval, até o período de fixação do português hodierno, isto é, até os séculos XVIII e XIX, deu ao Prof. Said Ali o poder de síntese para traçar com segurança e algumas novidades uma *História Resumida da Língua Portuguesa* que aparece na Introdução da *Gramática Histórica*. Aí lembra os principais nomes que laurearam as diversas épocas e ressalta figuras até então obscurecidas, nos meios de estudos de linguagem, pelo prestígio de Luís de Camões. Não deixam de impressionar o leitor comum as seguintes considerações:

Camões não foi propriamente o criador do português moderno porque essa nova linguagem escrita já vinha empregada por outros escritores. Libertou-a, sim, de alguns arcaísmos e foi um artista consumado e sem rival em burilar a frase portuguesa, descobrindo e aproveitando todos os recursos de que dispunha o idioma para representar as idéias de modo elegante, enérgico e expressivo (p. 4).

Em Said Ali causaram viva impressão os juízos de Alexandre de Humboldt e de Capistrano de Abreu²⁷ sobre o autor de *Os Lusíadas*. O notável naturalista alemão, referindo-se ao vate luso, na sua obra *Kosmos*, ressalta o pintor marítimo e, com Sismondi, se queixa da ausência de qualquer observação sobre a vegetação tropical e seu espanto fisionômico. Neste particular o roteiro de Cristóvão Colombo é superior às menções do imortalizador das glórias portuguesas.

*

* *

Era natural que suas pesquisas o levassem a delimitar com o rigor necessário as fases históricas da língua portuguesa. Examinemos a sua proposta que é, aliás, excelente.

É geralmente aceita entre os estudiosos de língua portuguesa a divisão elaborada por Leite de Vasconcelos, que se resume no seguinte: “Distinguiremos pois os seguintes períodos do português 1) *arcaico* ou *antigo*, do séc. IX, e mais particularmente do séc. XII, aos meados do séc. XVI: 2) *moderno*, do séc. XVI ao séc. XX. Nestas duas classes há ainda subdivisões” (*Lições de Filologia Portuguesa*, p. 16 da 2ª ed.). Dessas subdivisões, a que tantas vezes fez referência, o notável mestre lusitano, segundo me parece, nunca tratou desenvolvidamente.

A natureza de sua *Sintaxe Histórica* levou Epifânio Dias a dividir o nosso idioma em três fases: *português arcaico* ou *antigo*, *português arcaico-médio* e *português moderno*. Infelizmente o sábio mestre, em nenhum ponto de quaisquer de seus livros, nos conceitua as três fases de sua proposta. Em outro trabalho,²⁸ apoiando-me na relação de autores e obras da exemplificação da *Sintaxe Histórica*, procurei conhecer com mais clareza a divisão estabelecida por Epifânio, e cheguei à seguinte conclusão: 1) *português arcaico*: vai dos primeiros textos até cerca dos fins da primeira metade do séc. XVI; 2) *português moderno*: constitui “a linguagem de que se serviram os escritores do séc. XIX para cá, ou, mais propriamente, que remontava ao século XVIII” (*ibid.*, 140); 3) *português arcaico-médio*: “período que enlaça não somente os fenômenos lingüísticos que, desconhecidos do português arcaico, se desenvolveram e desapareceram entre os séculos XVI e XVIII, mas também a continuação do uso arcaico, continuação esta que não chegou a viver sob o signo da fase moderna do idioma. Em outros termos: a denominação português arcaico-médio engloba os fenômenos da língua arcaica e da fase seguinte, levando-os além do séc. XVI e aquém do XVIII” (*ibid.* 143-144).

O Prof. Said Ali, no prefácio à *Lexeologia*, propôs divisão mais completa, injustamente pouco aproveitada pelos que posteriormente trataram do assunto:

Distingo no português histórico dous períodos principais: o português antigo, que se escreveu até os primeiros anos do século XVI, e o português moderno. A esta segunda fase pertencem

²⁷ Folhinha Laemmert de 1881 (cf. *Ensaios e Estudos*, 1ª série, 145-176).

²⁸ - E. Bechara, *Primeiros Ensaios sobre Língua Portuguesa*, Rio, 1954, p. 129-146.

cem já a Crônica de Clarimundo (1520), de João de Barros, as obras de Sá de Miranda, escritas entre 1526 e 1558, as de Antônio Ferreira, a crônica de Palmeirim de Inglaterra e outros trabalhos literários produzidos por meados do século. Robustecida e enriquecida de expressões novas a linguagem usada nas crônicas desta época, que relatam os descobrimentos em África e Ásia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina o apuro e gosto do português moderno n' *Os Lusíadas* (1572). É o século da Renascença literária, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da linguagem desse período. Não ficou, nem podia ficar, estacionário o português moderno; e assim temos de designar pelos qualificativos quinhentista, seiscentista, setecentista a linguagem própria das respectivas eras. Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente ou recebidas do século XIX, ou que por ventura remontam ao século XVIII. Limites entre os diversos períodos não podem ser traçados com rigor. Alterações lingüísticas não dependem do calendário, nem do ano em que o século acaba ou começa. Além disso, autores há cuja atividade literária se exerce, parte num século, parte no imediato. O que devemos entender por linguagem quinhentista, seiscentista, etc., é a maneira de falar dominante em grande parte da respectiva era, ou nela principalmente. Dizeres peculiares a qualquer das épocas continuam muitas vezes a ser usados por alguns dos escritores do período seguinte. Ignora-se a data ou momento exato do aparecimento de qualquer alteração lingüística. Neste ponto nunca será a linguagem escrita, dada a sua tendência conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas com o tempo sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide também aceitar a mudança. Tal é, a meu ver, a explicação não somente de fatos isolados, mas ainda do aparecimento de todo o português moderno. Não é de crer que poucos anos depois de 1500, quase que bruscamente e sem influxo de idioma estranho, cessassem em Portugal inveterados hábitos de falar e se trocasse o português antigo em português moderno. Nem podemos atribuir a escritores, por muito engenho artístico que tivessem, aptidões e autoridade para reformarem a seu sabor o idioma pátrio e sua gramática. Consistiria a sua obra antes em elevar à categoria de linguagem literária o falar comum, principalmente o das pessoas educadas, tornando-o mais elegante e desterrando locuções que lhe dessem aspecto menos nobre. Este falar comum remontaria aos tempos de Rui de Pina e Zurara, ou se usaria talvez antes. Mas os escritores antigos evitavam afastar-se da prática recebida de seus avós e, posto que muitas concessões tivessem de fazer ao uso para serem entendidos, todavia propendiam mais a utilizar-se de recursos artificiais que dessem ao estilo certo ar de gravidade e acima do vulgar. O século XVI, descerradas as cortinas que encobriam o espetáculo de novos mundos, e dada a facilidade de pôr a leitura das obras literárias ao alcance de todos, graças ao desenvolvimento da imprensa, devia fazer cessar a superstição do passado, mostrar o caminho do futuro e ditar a necessidade de se exprimirem os escritores em linguagem que todos entendessem. Resolveram-se a fazê-lo. Serviram-se da linguagem viva de fato, como o demonstram os diálogos das comédias de então, que reproduzem o falar tradicional da gente do povo. Trariam estes diálogos os característicos gramaticais do português antigo, se fosse este ainda o idioma corrente. Nos séculos que precederam a era quinhentista claro está que a linguagem sofreu também evolução. Entre os antigos autos de partilhas e a crônica de D. João I é palpável a diferença. Seria contudo prematura qualquer subdivisão do português antigo, pois que nos faltam ainda muitos documentos e de vários códices publicados resta a saber a data certa em que foram pela primeira vez escritos (p. IV-V).

*

* *

O Purismo Lingüístico

Numa época em que a maioria dos estudos de língua trazia a chancela do gramático purista, em busca de uma perfeição quimérica e, até certo ponto, contrária ao progresso de uma disciplina de bases histórico-sociais, a obra do Prof. Said Ali tratava os

fatos gramaticais pelo prisma rigoroso das mais sérias publicações então recentes. Assim é que o interrogativo *o que* é estudado à luz dos fenômenos de encarecimento fonético; assim é que a colocação de pronomes passou a girar em torno da atração fonética, da tonicidade e atonicidade de certos vocábulos no grupo rítmico a que pertence; assim é que o emprego do infinitivo flexionado e sem flexão vai prender-se à teoria da locução verbal; assim é que os verbos sem sujeito e o problema do pronome *se* recebem as luzes da análise psicológica, e tantas outras orientações que vieram pôr termo ou mostrar o melhor caminho a magnas questões de linguagem portuguesa. Em todas estas pesquisas, as suas fontes eram as mais autorizadas do meio filológico: Sievers, Brugmann, Sweet, Passy, Victor Henry, Diez, Bourdon, Delbrück, Marty, Miklosich, H. Paul. Gabelentz, Bréal, Whitney Vernalecken.

Não perpassa as investigações do mestre aquela “patriotite” lingüística de que nos fala Leo Spitzer; antes, pelo contrário, nelas encontramos – ainda nos trabalhos de datas mais afastadas – a despreocupação de estudar os fenômenos de linguagem para estabelecer “como deviam ser”. São justíssimas as declarações de Capistrano à obra de Said Ali, numa carta a Afonso Taunay, em 19-5-921: “O que é uma pessoa estudar pelo mero gosto de saber e não para sair à rua de palmatória!” (*Corresp.*, I, 325).

São de 1930 estas ponderações:

O lingüista de hoje investiga os fatos sem preocupar-se com a questão do que é ou deixa de ser correto. Em geral procuro seguir o mesmo rumo; mas as dúvidas desse gênero podem prender-se a questões de ordem mais elevada e aí encontrar solução. Outras vezes, a documentação geralmente respeitada em que fundo os estudos dará a solução incidentalmente. Acima do modo, antigo e exclusivista, de ver as cousas, está a indagação histórica. E a investigação da evolução dos fenômenos não se há de limitar às mudanças de fonemas e formas gramaticais, mas estender-se às expressões que com o tempo se foram trocando por outras. Entra-se no domínio da psicologia e da semântica (*Meios de Expressão*, 2ª ed., 8).

Neste mesmo livro teve ainda oportunidade de declarar: “Explicar um fenômeno lingüístico não significa recomendar a sua aceitação no falar das pessoas cultas. Isto não é da jurisdição do lingüista” (p. 218).

O galicismo – o eterno inimigo dos puristas de língua portuguesa – teve na obra do Prof. Said Ali o tratamento científico que requer:

Em alguns dos capítulos consagrados às aquisições novas, mostro que não há razão para se julgar tão absoluta, como alguns apregoam, a pureza da língua dos escritores chamados clássicos. O escasso conhecimento do idioma falado para lá dos Pirineus não deixou penetrar muitos galicismos na Península; mas vieram sempre alguns que se juntaram aos já existentes arabismos, e vieram castelhanismos e italianismos. O denominado ouro de lei era, já muito antes dos tempos modernos, uma liga, posto que nela brilhasse com grande vantagem o quinhão herdado do latim (*ibid.*, p. 8-9 da 2ª ed.).

O “ódio” dos gramáticos lusitanos, transmitido aos gramáticos brasileiros, aos galicismos encontra, sem dúvida, sua explicação na luta às tropas de Junot. O fato não é peculiar a Portugal, conforme nos ensina Bréal:

Quand on va au fond de la répulsion que les mots étrangers inspirent à certains esprits, on découvre qu'elle tient à des associations d'idées, à des souvenirs historiques, à des visées politiques. Aux puristes allemands, la présence des mots français rappelle une époque d'imitation,

qu'ils voudraient effacer de leur histoire. Les philologues hellènes que banissent les mots turcs du vocabulaire continuent à leur manière la guerre d'indépendance. Les Tchèques qui poussent l'ardeur jusqu'à vouloir traduire les noms propres allemands, pour ne pas laisser trace chez eux d'un idiome trop longtemps entendu, rattachent à leur oeuvre d'expurgation l'espérance de leur autonomie (*Essai de Sémantique*, 265-6 da 3ª ed., Paris, 1904).

São admiráveis estas linhas sobre o progresso da língua e a fatal adoção dos empréstimos:

Língua viva imutável, língua que, chegada a um tipo de perfeição modelar, cesse de modificar-se e absorver elementos estranhos ao seu passado, é cousa que não há nem nunca houve. A linguagem é a expressão da nossa inteligência. E a inteligência humana não se petrifica: pode volver olhar saudoso para a sabedoria de alguma era remota; porém esta, com todo o seu esplendor, não lhe produz desmaio, nem a paralisa. Se tal calamidade houvesse, o intelecto se atrofiaria e da maior parte das línguas modernas já não restariam mais que ruínas. Quem faz o estudo histórico de uma língua literária como o português, vê cousa bem diferente. Cotejando por ordem cronológica, e sem preocupação de pureza ou perfeição, os textos mais notáveis desde o período arcaico até o presente, e considerando o idioma de cada época em seu conjunto, a impressão que nos fica é como se tivéssemos diante de nós fotografias de um indivíduo tiradas aos quinze, aos vinte, aos trinta, aos quarenta anos. Comprazemo-nos em confrontar essas figuras tão dissemelhantes, do mesmo personagem. Assim muda de aspecto qualquer língua literária, segundo a fase em que a contemplamos. Sempre a mesma e sempre outra. Há diferença contudo entre a linguagem e o homem: nos últimos retratos deste descobriremos rugas e cãs, ao passo que a decrepitude daquela só a concebe a pura fantasia; a vida humana sabemos que tem limites, um número máximo de anos, além do qual não passará; mas para a língua de um povo que vive sem ser absorvido por outro, é impossível imaginar balizas. A evolução, por felicidade um tanto lenta, permite formularem-se as regras da elocução correta e do uso que prevalece entre a gente educada durante um espaço de tempo mais ou menos longo. Escritores que se prezam não afrontam esse uso; não se animam a buscar, na variabilidade da linguagem, salvo-conduto para se exprimirem ao som de caprichos pessoais. Curvam-se, como convém, ante a prática geral dos seus contemporâneos, ao menos em tudo quanto se houver conservado fiel à tradição. Têm por dever resistir à tentação de adotar dizeres novos ou estrangeiros de que outros se sirvam só para condescender com a moda, quanto é certo subsistir para todo o mundo a consciência de expressões vernáculas de sentido perfeitamente idêntico. Não descerão tão pouco a utilizar-se de termos e frases plebéias que não são recebidas em boa sociedade, e evitarão, se preferirem ser entendidos a ser admirados, o emprego de arcaísmos e o acúmulo de vocábulo cujo sentido, por ocorrerem raramente, seja inteligível à maioria dos leitores. Para escrever corretamente e com elegância é preciso, além do mais, possuir o sentimento da língua e talento. A leitura, meditada e assídua, de obras modelares contribuirá para formar o hábito da expressão polida e educará o estilo. O purismo encara a questão de outro modo. Não pesa devidamente os resultados do progresso e, infenso, por princípio, a inovações, procura, na suposta pureza do português de outros tempos, valores que as desalojem e substituam. Mas a lista das inovações e termos de procedência estrangeira que circulam incontestados, designando conceitos novos, é extraordinariamente longa; e o purismo entretanto, contra sua própria doutrina, é indulgente com essa produção, a seu ver parasitária, porque sabe quanto seria anacrônico ir buscar equivalências em ouro puro no gabado tesouro antigo (*Dificuldades*, p. 179-80 da 5ª ed.).

Da pureza do idioma ao conceito de *clássico* medeia uma distância bem pequena. Ouçamos outra vez a lição de mestre Said Ali:

Também não se apurou ainda o que se deva entender pelo termo “clássico”. A julgar pela aplicação habitual, parece que se visa tão somente a feição lingüística das obras publicadas desde o século XVI, mas não se marca o limite terminal desse período. Daí a noção confusa de que há de ser clássica a linguagem antiga de todos os nossos antepassados desde aquele tempo, linguagem de portugueses mortos, e que já não vem tão espontânea aos vivos do século atual. Dos escritores falecidos nestes últimos cinquenta anos, raríssimos – creio que não chegam a meia dúzia – conseguiram ainda em vida ser contemplados entre os clássicos, uns pela linguagem notoriamente conservadora, outros por exibirem grande soma de expressões fora do co-

num e aparentemente antigas ou tomadas ao falar do povo de Portugal, que é tido como repositório fidedigno de velharias. Apesar dessas considerações, o observador desprevenido não percebe como pôde haver menos escrúpulo quanto à seleção de escritores mais remotos, e, por outra parte, como vieram figurar na mesma categoria Vieira e Camilo Castelo Branco, Camões e Filinto Elísio. Seria mais conveniente talvez reservar a denominação rigorosa de clássicos para os escritores de mentalidade possante que Portugal teve no século XVI e ainda no século XVII, representantes da sua renascença literária e fundadores da moderna linguagem culta. A este período esplêndido sucedeu outro, tristemente notável pela vazante intelectual, em que os escritores supriam a falta de idéias com palavras sonoras e estilo decorativo. Era o gosto barroco que se seguia ao da renascença. Poderíamos qualificá-los de post-clássicos. E seriam neo-clássicos aqueles autores de valia mais modernos que de novo se aproximam da língua e estilo da renascença (*ibid.*, 199-200).

As Pesquisas Etimológicas

Já acentuei que Said Ali, nascido numa época de grande aceitação dos *neogramáticos*, não caiu nos excessos da escola, mormente na utilização demasiada das evoluções fonéticas. As pesquisas etimológicas que empreendeu e aplaudiu traziam o rigor de um novo método de investigação inaugurado por E. Meringer e conhecido por *Wörter und Sachen* (Vocábulos e Coisas).²⁹ Não dissociava da preocupação etimológica a história mesma do vocábulo, como nos mostrou nos artigos “Copa e Copo”, “Açúcar e Jacobus”, estampados nos *Meios de Expressão*. Nos trabalhos esparsos em jornais e revistas não foi outra a sua trilha; assim é que, em memorável artigo intitulado “Perspectivas etimológicas”, escrito em atenção ao *Dicionário Etimológico* de Antenor Nascentes, nos diz que:

No estudo da filiação das palavras não devemos ver tão somente o prazer, a vaidade de descobrir o que outros não conseguiram. Da solução dos problemas resultam muitas vezes subsídios relevantes para o esclarecimento de fatos históricos e etnológicos, e para a compreensão da mentalidade coletiva.

Perscrutando a participação do falante, pôs em relevo o papel desta colaboração:

Vieram igualmente enriquecer o idioma certas improvisações de um ou outro indivíduo aceitas pela comunidade. Os etimólogos geralmente não cogitam do fator da improvisação. Preocupados com a procedência do latim ou de outra língua, lembra-se, não raro, de étimos químicos, quando, alargando mais a vista, bem podiam achar explicações plausíveis (*ibid.*).

Entre as causas que se poderiam encontrar para a origem de muitos vocábulos, num alargamento maior de visão por parte do etimólogo, Said Ali ressaltou a onomatopéia. E enveredando por esse caminho propôs uma origem para o vocábulo *chicote*, proposta que tem passado despercebida aos mais recentes dicionários do assunto como, por exemplo, o de José Pedro Machado e o de Corominas:

Nascentes menciona com bastante dúvida a explicação de Lenz para *chicote*. Na realidade, o lingüista chileno chega à conclusão somente mediante raciocínio muito forçado. Estão nas mesmas condições os étimos propostos nos outros. Ninguém se lembrou, que eu saiba, da pos-

²⁹ Jordan-Orr lembram a lição de Meringer: “By things we understand, not material objects alone but also any thoughts, ideas, and institutions, which find their linguistic expression in a word..., the psychological phenomena that are the basis of speech are also to be reckoned as “things”, just like spatial objects, for the latter, too, we can only know by their mental images” (*An Introduction to romance Linguistics*, 64).

sível formação onomatopaica. Em lituano exprime *czaukscht* (pronunciar tchaukj̄t) o estalido do látego. Eu não penso nem por sombra em filiação lituana; entendo, porém, que a idéia de expressar imitativamente o estalido podia ocorrer também a outras povos, aplicando-se o mesmo vocábulo ao objeto que produz o estalido. Chamar-lhe-iam *chicote* em português e espanhol; em francês *fouet* (a hipótese da imitação parece mais aceitável do que as derivações forçadas de *fou*, *fagus*), em inglês *whipi*, em eslavo *bitch*, em alemão *Peitsche*. Uns perceberiam, na chicotada, som vagamente parecido com a onomatopéia lituana; outros teriam impressões diferentes. Onomatopéias – caso o sejam – na maior parte bem diversificantes; o que não é de estranhar, pois cada idioma imita o ruídos da natureza a seu modo, como já mostrei em outro lugar (*Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, p. 174 e seguintes) (*ibid.*).

Ainda hoje não se chegou a uma opinião geralmente aceita sobre a etimologia de *bruxa*. Corominas, no vol. I, p. 530-532, do seu *Dicionário Crítico Etimológico*, dá conta ao leitor das propostas para explicações do termo, sem, contudo, deixar de afirmar: “palabra común a los tres romances hispánicos y a los dialectos gascones y languedocianos, de origen desconocido, seguramente prerromano”. Said Ali, no artigo já citado sobre o *Dicionário Etimológico* de Antenor Nascentes, aventa uma hipótese sugestiva que não foi divulgada entre os estudiosos:

Bruxa tirado de *bruchu* (A. Coelho), *bruxulear* (G. Viana), *bruscu* (Acad. Espanhola), *buruz* (João Ribeiro), mostra que a tal mulher perigosa foi a princípio gafanhoto sem asas, ou fogo fátuo, ou perereca, ou de cabeça para baixo. Eu penso que não havia de ser senão *bruxa*, a *plusscia*, *mulier plusscia* daquela história contada por Trimalchio aos convivas: *Sunt mulieres plussciae, sunt nocturnae, et quot sursum est deorsum faciunt*, Petr. 63. A literatura latina não guardou vestígio deste termo. Usado pelo rico e boçal anfitrião, vê-se que era expressão corrente no falar vulgar. Devia estar desde muito tempo restringida a significação geral de mais sabedor, reduzida a saber sobrenatural, habilidade de bruxa, e por fim designação de *bruxa*.³⁰ E podia o latim *plusscia* romanizando-se dar em português *bruxa*? Sim, se considerarmos *bruxa* como um dos raros exemplos de sonorização da oclusiva inicial, à semelhança de *gato* (latim *cattu*), *gamela* (latim *camella*), *golpe* (latim *colaphu*, do grego), espanhol *bruno* (ameixa) (latim *prunu*), português *grade* (latim *crat*). O espanhol *bruja* seria adoção e adaptação do nome português. Não se filia diretamente ao latim. A mudança de *pl* e *bl* em *pr* e *br* é próprio do português antigo: *pruma* (*pluma*), *brando* (*blandu*), *prazer* (*placere*), etc.

Entre tantas orientações interessantes de suas pesquisas etimológicas, resalto também a tese que defende no artigo *Nomes de partes do corpo*, em que estuda, através de tais denominações, a reação que os povos conquistados faziam à adoção da nova língua dos conquistadores, explicando assim o contingente de vocábulos pré-românicos que aí existe. Esta reação, seria óbvio, mais interessante se notaria nos vocábulos mais chegados à necessidade de todos os momentos, e, entre estes, estariam as denominações de partes do corpo. Neste artigo comenta o mestre as etimologias propostas para os seguintes vocábulos: *cabeça*, *pescoço*, *beiço*, *pestana*, *bofe*, *queixo*, *barriga*, *rabo*.

Numa seara tão convidativa a alardear erudição barata, Said Ali, numa atitude científica, aplaudia a coragem dos que honestamente reconheciam a impossibilidade de um palpite mais feliz. Daí a admiração que lhe merecia o *Dictionnaire Générale* de Hatzfeld e Darmesteter: “Em geral o dicionário se serve da corajosa e categórica expressão *origene inconnue*, onde só se poderiam propor étimos sem base segura” (*ibid.*).

³⁰ Assim considero inexpressiva a tradução de Ernout: “Il y a des femmes qui en savent plus que nous”; melhor é a tradução de Friedlaender: “es gibt Weiber, die hexen können” ou a de Carl Hoffmann: “es gibt wirklich Hexenweiber”.